

Relatório No. 58551-CV

# Cabo Verde: Avaliação Inicial do Mercado de Trabalho Formal

**17 de dezembro de 2010**

Desenvolvimento do Sector Financeiro e Privado, AFTFP

Departamento do País AFCE1

Região de África



Documento do Banco Mundial

**EQUIVALENTES DE MOEDA**  
**(Taxa de Câmbio Efectivo 1 de Abril de 2009)**

**Moeda = Escudo**

**76 CVE = US\$1**

**ANO FISCAL DO GOVERNO**  
**1 de janeiro - 31 de dezembro**

**ABREVIATURAS E SIGLAS**

---

FDI	Investimento Directo Estrangeiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
GCV	Governo de Cabo Verde
ACI	Análise do Clima de Investimento
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
PRSC	Crédito da Estratégia para a Redução da Pobreza
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar
SME	Empresas Pequenas e Médias
FTVE	Formação Técnica, Vocacional e Educacional

Vice-Presidente:	Obiageli Katryn Ezekwesili
Director Nacional:	Habib Fetini
Director do Sector:	Peter Mousley
Líder da Equipa de Trabalho:	Álvaro González

## ÍNDICE

---

ABREVIATURAS E SIGLAS .....	2
ÍNDICE .....	3
RECONHECIMENTOS .....	5
RESUMO EXECUTIVO .....	6
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO .....	8
PERFIL DO DESEMPREGADO .....	13
O DESEMPREGO É UM PROBLEMA GRAVE PARA OS JOVENS .....	16
DESEMPREGADOS SÃO RELATIVAMENTE MELHOR INSTRUIDOS.....	18
RIGIDEZ NO MERCADO DE TRABALHO.....	20
CONCLUSÕES .....	25
CAPÍTULO 2 – CRESCIMENTO DO EMPREGO E FLUXO DOS TRABALHADORES.....	26
EMPREGO LÍQUIDO E FLUXO DOS TRABALHADORES.....	27
CONCLUSÕES .....	31
CAPÍTULO 3 – SALÁRIOS E PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR.....	33
CONDIÇÕES E TENDÊNCIAS DOS SALÁRIOS.....	34
RESULTADO ECONÔMICOS DE DETERMINAÇÃO DE SALÁRIOS E PRODUTIVIDADE .....	36
CONCLUSÕES .....	42
REFERÊNCIAS .....	47

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1-3: POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO DE IDADE E ILHA (2006) .....	12
TABELA 1-4: POPULAÇÃO ACTIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E TAXA DE DESEMPREGO POR ILHA (2006).....	13
TABELA 1-5: RAZÕES PELAS QUAIS O DESEMPREGADO NÃO ENCONTRA TRABALHO POR ILHA (2006) .....	14
TABELA 1-6: DURAÇÃO DA DECISÃO DO DESEMPREGADO PARAR DE PROCURAR EMPREGO POR ILHA (2006) .....	14
TABELA 1-7: DURAÇÃO DE DESEMPREGO POR ILHA (2006) .....	14
TABELA 1-8: FONTES DE RENDIMENTO DO DESEMPREGADO POR ILHA (2006) .....	15
TABELA 1-9: RESPOSTA A SE O DESEMPREGADO PROCUROU EMPREGO POR ILHA (2006) .....	16
TABELA 1-11: O EMPREGADO E DESEMPREGADO COM MENOS DE 25 E 35 ANOS DE IDADE POR ILHA (2006) .....	18
TABELA 1-13: TENDÊNCIAS NAS POPULAÇÕES EM IDADE DE TRABALHO, ACTIVAS E DESEMPREGADAS; .....	21
TABELA 2-2: PERCENTAGENS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO LÍQUIDO REGIONAL, 1997-2008.....	28

## LISTA DE FIGURAS

FIGURE 1-2: RELAÇÃO ENTRE APOIO AO RENDIMENTO PELAS FAMÍLIAS E VONTADE DE PROCURAR TRABALHO, NACIONALMENTE E POR ILHA (2006) .....	16
FIGURA 1-3: IDADE MÉDIA DO EMPREGADO E DESEMPREGADO, NACIONALMENTE E POR ILHA (2006) .....	17
FIGURA 1-5: CORRELAÇÃO ENTRE O PIB <i>PER CAPITA</i> E O TAMANHO DO SECTOR INFORMAL PARA PAÍSES NA AMERICA LATINA E CABO VERDE .....	22
FIGURA 2-1: CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGO NO SECTOR PRIVADO (POR ANO E ILHA) .....	30
FIGURA 3-1: CUSTO POR TRABALHADOR E VALOR ACRESCENTADO POR TRABALHADOR (2005US\$).....	34
FIGURA 3-2: TENDENCIAS DE SALÁRIOS PARA SAL, SANTIAGO E SÃO VICENTE,.....	37
FIGURA 3-4: DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS EM SANTIAGO, SÃO VICENTE, E SAL E OUTRAS ILHAS (2008) .....	41

## RECONHECIMENTOS

---

Este relatório foi preparado por uma equipa composta por Álvaro González (AFTFW, Líder da Equipa de Trabalho) e David S. Kaplan (Especialista de Mercados de Trabalho, Inter-American Development Bank).

Agradecemos profundamente o Instituto Nacional da Protecção Social pela sua assistência na obtenção de dados usados neste estudo.

A Equipa agradece a William F. Muloney (Economista Principal, DECRG) e M. Louise Fox (Economista Principal, AFTP1) pela revisão completa da primeira cópia (projecto de documento) assim como pelos seus comentários pormenorizados e úteis.

A Equipa também agradece a Geraldo João Martins (Especialista Superior de Educação, AFTED) pelos seus comentários e visão.

## RESUMO EXECUTIVO

---

Nos últimos 25 anos, Cabo Verde tem feito progressos impressionantes na sua transição histórica de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado. Construindo as bases institucionais de uma economia de mercado, esta pequena nação de ilhas situadas ao largo da costa da África Ocidental desenvolveu um sector privado dinâmico e aberto ao comércio internacional. Isto despertou o crescimento económico, que por sua vez trouxe maiores rendimentos e redução da pobreza. Actualmente, Cabo Verde tem uma economia de mercado que funciona bem e como resultado ergueu-se das fileiras dos países de baixo rendimento a estatuto de países de médio rendimento. Esta transição de sucesso, alcançada durante um curto período de tempo, superou as expectativas de muitos observadores.

Mas a transição e crescimento recente tem sido decepcionante numa área-chave - empregos. Oportunidades de trabalho continuam a ser escassas no sector formal e o sector informal ainda é relativamente grande e pode estar a crescer. Como resultado, o desemprego elevado e o sub-emprego surgiram como questões políticas importantes. Embora fosse esperado algum desemprego por todo este período de transição para uma economia de mercado, a surpresa reside na sua persistência. Muitos trabalhadores não conseguiram encontrar novos postos de trabalho ou permanecem no sector informal por longos períodos de tempo. A taxa de desemprego está estagnada na casa dos dois dígitos.

Uma taxa persistentemente elevada de desemprego acarreta custos políticos e sociais - o desemprego de longo prazo ameaça destruir qualificações, agrava a pobreza e a desigualdade e, eventualmente, leva à marginalização social. Mais, a falta de empregos, se não for melhorada, vai agir como um freio sobre a redução substancial da pobreza que ocorreu e vai minar o apoio político necessário para as reformas económicas.

Uma taxa de desemprego persistentemente elevada em plena altura de crescimento económico duradouro é desconcertante. Este fenómeno aponta para possíveis rigidezes do mercado de trabalho cujas causas e magnitudes ainda não foram identificadas ou explicadas. Este estudo resultou da necessidade de concentrar a atenção sobre as causas da elevada taxa de desemprego que persiste ao lado de um elevado crescimento económico histórico. Além disso, há a necessidade de compreender a questão dos resultados do mercado de trabalho em várias ilhas, a saber como as taxas de desemprego podem variar de forma tão marcante em diferentes ilhas por períodos de tempo continuados.

Em qualquer economia, a questão de desemprego elevado e persistente reside na ***dinâmica da criação líquida de emprego*** ligada à entrada de empresas no mercado e a expansão dessas empresas. A questão das disparidades nos resultados do mercado de trabalho centra-se nas ***tendências de reafecção de postos de trabalho e trabalhadores*** de regiões, sectores e empresas menos produtivos, para actividades económicas mais produtivas. Este estudo conclui que em ambas as frentes - a criação de emprego líquido e reafecção - existe motivo para optimismo. A criação de emprego é substancialmente superior à destruição de emprego. No que diz respeito a resultados divergentes do mercado de trabalho nas ilhas, há tendência para a convergência, indicando o aparecimento de um mercado de trabalho nacional e integrado. Além disso, como esperado, estes dois desenvolvimentos estão muito interligados, a emigração de áreas e sectores caracterizados por um crescimento do emprego

relativamente baixo e a imigração para regiões e sectores com crescimento do emprego relativamente maior está a acontecer.

O estudo oferece conclusões preliminares sobre os efeitos de um salário mais elevado no sector público sobre os resultados do mercado de trabalho e, separadamente, existem conclusões indicativas de factores que podem estar a afectar a decisão dos trabalhadores de entrar e permanecer no sector informal ou entrar em emprego formal.

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

---

*A taxa de desemprego em Cabo Verde é persistentemente alta. Mesmo quando o crescimento económico estava em taxas historicamente altas, as taxas de desemprego não caíram tanto quanto o esperado. Além disso, as taxas de desemprego variam consideravelmente nas nove ilhas habitadas do país e essas diferenças são também teimosamente persistentes. Diferenciais persistentes no desempenho do mercado de trabalho ao longo das ilhas pode ser um sintoma de rigidez e entraves ao ajustamento. Estas tendências e condições nos resultados do mercado de trabalho são uma das principais preocupações do Governo de Cabo Verde e os seus cidadãos.*

---

1.1 Cabo Verde é um pequeno arquipélago de dez ilhas localizado a cerca de 650 km (300 milhas) ao largo da costa ocidental da África. O país tem cerca de 500.000 habitantes e é relativamente pequeno, com uma área de 4.036 quilómetros quadrados. Cabo Verde tem poucos recursos naturais<sup>1</sup> e sofre de graves carências de água. Esta escassez de água é agravada por ciclos de seca a longo prazo que têm contribuído para a emigração significativa ao longo da história de Cabo Verde. Acredita-se que cerca de duas vezes mais cabo-verdianos vivem no exterior, do que nas ilhas.<sup>2</sup> Aqueles que emigraram mantêm relações estreitas com o país, enviando remessas equivalentes a 9,2 por cento do PIB em 2007.

1.2 Cabo Verde tem tido um crescimento económico robusto nos últimos anos, elevando a nação para as fileiras dos países de rendimento médio mais baixo. A média do PIB real foi de 7 por cento durante 2004-07, chegando a 10,8 por cento em 2006. Este crescimento traduziu-se num crescimento rápido no rendimento real per capita e redução da pobreza. Durante 2005-2008, a renda *per capita* aumentou em 5 por cento ao ano, mais rápido que na maioria dos pequenos Estados insulares ou a média da África Subsaariana. A análise dos últimos três inquéritos<sup>3</sup> da pobreza sugere que a proporção da população em extrema pobreza diminuiu de 49 por cento em 1988-1989 para 37 por cento em 2001-02 e para 27 por cento em 2007 (ver Tabela 1-1, abaixo).

1.3 As estatísticas nacionais, no entanto, ocultam disparidades substanciais nos resultados económicos entre os grupos sociais e entre as áreas rurais e urbanas. A desigualdade entre grupos sociais, por exemplo, aumentou fortemente durante a década de 1990 e manteve-se relativamente elevada.<sup>4</sup> Uma boa parte dessa crescente desigualdade está ligada às fortunas diferentes entre as áreas rurais e urbanas. A pobreza é mais grave em áreas rurais, onde 72 por cento dos pobres do

---

<sup>1</sup> Os recursos naturais mais importantes são o sal, pozolana (rocha vulcânica usada na produção de cimento) e calcário.

<sup>2</sup> A população na cidade da Praia, a capital, é estimada em 106.052 e no Mindelo, a segunda maior cidade, com 67.844. Cerca de 500.000 pessoas de ascendência cabo-verdiana vivem nos Estados Unidos, principalmente na Nova Inglaterra. Portugal, França, Itália, Senegal e Holanda também têm grandes comunidades cabo-verdianas.

<sup>3</sup> Estes compreendem os inquéritos à habitação IDRF (Inquérito às Despesas e Receitas Familiares) de 1988-89 e 2001-02 e o QUIBB 2007 (Pesquisa Unificada de Indicadores Chaves de Bem-Estar).

<sup>4</sup> O coeficiente Gini para o consumo, um índice usado para medir o grau de desigualdade, foi de 0,49 em 2007.



país vive e onde 30 por cento da população vive na pobreza absoluta, contra 12 por cento da população urbana. Os lares urbanos têm um nível estimado de consumo 35 por cento mais alto do que as famílias rurais.

TABELA 1-1: INDICADORES MACROECONÓMICOS, 2004-12

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>1</sup>	2010 <sup>2</sup>	2011 <sup>2</sup>	2012 <sup>2</sup>
Crescimento real do PIB (% variação anual)	4.4	6.5	10.8	6.9	6.0	3.5	5.0	6.6	6.3
PIB real <i>per capita</i> (% variação anual)	2.5	4.6	8.8	5.0	4.0	1.6	3.0	4.5	4.3
Média anual do IPC (% variação anual)	-1.9	0.4	4.8	4.4	6.8	3.3	2.7	2.0	2.0

<sup>1</sup>Preliminar; <sup>2</sup>Projeções

Fonte: FMI, Ministério das Finanças e Administração Pública, e estimativas do Pessoal.

1.4 Disparidades no desempenho económico reflectem a especificidade geográfica da transformação económica para uma economia baseada em serviços, liderada pelos sectores do turismo e das comunicações, que Cabo Verde tem vindo a registar nos últimos tempos. O turismo está concentrado principalmente na ilha do Sal e mais recentemente na ilha da Boavista, atraindo grandes somas de investimento privado (através do FDI significativo) e o investimento público em infra-estruturas turísticas. São Vicente, especialmente Mindelo com o seu porto de águas profundas e a cidade da Praia (na ilha de Santiago) beneficiaram de grandes investimentos em infra-estruturas públicas voltadas principalmente para o desenvolvimento de infra-estrutura e investimentos privados concentrados no desenvolvimento das comunicações e indústrias financeiras intermediárias.<sup>5</sup>

1.5 As disparidades no desempenho económico nas várias ilhas também reflectem a natureza rural ou urbana das mesmas. Geralmente, os sectores com áreas predominantemente rurais como a agricultura e a pesca, não tiveram um desempenho tão bom quanto os sectores emergentes nas regiões mais urbanizadas de Cabo Verde. Como algumas das ilhas são mais rurais do que urbanas, a pobreza diminuiu relativamente mais rápido na mais urbanizada Ilha do Sal. Mais, as cidades do Mindelo e da Praia beneficiaram em termos de redução da pobreza relativamente elevados, especialmente nos últimos seis anos. As ilhas mais rurais (Santo Antão, Santiago, São Nicolau e Fogo) mantiveram-se relativamente mais pobres e o crescimento económico sustentado tem sido o mais fraco.<sup>6</sup>

1.6 Por último, como em muitos outros países, as disparidades nos resultados económicos em Cabo Verde, tais como a pobreza, estão altamente relacionados com as tendências e condições de

<sup>5</sup> Os serviços representam 76 por cento do PIB, em comparação com 17 por cento para a indústria e 8 por cento para a agricultura.

<sup>6</sup> Estudo de Vulnerabilidade Alimentar das Famílias em Áreas Rurais, Departamento de Serviços de Segurança Alimentar, 2005.

emprego. Em Cabo Verde cerca de 64 por cento da renda familiar vem dos salários.<sup>7</sup> Para 2001/02, cerca de 29 por cento dos trabalhadores eram pobres, enquanto a taxa de pobreza para os desempregados era de quase 50 por cento. Embora a correlação entre a pobreza e o desemprego seja elevada, o sector em que uma pessoa é empregada também pode ser um factor determinante do seu bem-estar económico. Os trabalhadores nos sectores da agricultura e das pescas, por exemplo, registam as maiores taxas de pobreza, cerca de um terço dos trabalhadores destes sectores vivem abaixo da linha da pobreza.

TABELA 1-2: TENDÊNCIAS NA POBREZA, 2001-02 E 2007

	2001-2002				2007			
	Efectivos	Gap da Pobreza	% Da população	% do pobre	Efectivos	Gap da Pobreza	% Da população	% do pobre
<b>Áreas urbanas e rurais</b>								
Urbana	25.0	7.9	55.1	37.5	13.2	3.3	56.8	28.2
Rural	51.1	20.0	44.9	62.5	44.3	14.3	43.2	71.8
<b>Estrata/Ilhas</b>								
Praia em Santiago	19.1	5.0	22.0	11.4	11.6	2.7	25.0	10.9
Resto de Santiago	49.3	19.2	32.4	43.6	41.5	13.3	29.9	46.6
Santo Antão	54.2	22.1	10.8	15.9	45.6	14.4	9.5	16.3
São Vicente	25.5	7.9	15.2	10.6	13.6	3.2	15.6	8.0
Fogo	42.1	15.8	8.8	10.1	39.0	13.2	8.1	11.9
Outras ilhas	28.6	9.6	10.9	8.5	14.3	3.9	11.8	6.3
<b>Grupo sócio-económico</b>								
Trabalhadores assalariados	31.9	12.1	36.8	31.9	18.7	5.6	35.9	25.2
Trabalhadores por conta própria agricultura	45.3	16.5	9.9	12.3	42.9	14.5	8.5	13.6
Outros trabalhadores por conta própria	28.9	10.0	16.6	13.1	20.8	6.1	17.1	13.3
Outros dependentes	57.1	21.6	3.6	5.7	35.9	12.5	4.6	6.2
Sem emprego	41.2	14.5	33.0	37.1	32.7	9.5	34.0	41.7
<b>Nacional</b>	36.7	13.3	100.0	100.0	26.6	8.1	100.0	100.0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Pessoal do Banco.

<sup>7</sup> Ministério da Qualificação e Emprego (2008), Estudo/Diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde, pagina 44.

1.7 O interesse do Governo em políticas que promovam o crescimento do emprego é baseado no seu reconhecimento de que a criação de emprego é fundamental para a sua estratégia de redução da pobreza. E como a experiência recente ensina, o elevado crescimento económico histórico não foi suficiente para gerar emprego para todos os grupos sociais, para a maioria das zonas rurais e para todas as ilhas. É necessário mais do que o crescimento económico rápido para fazer crescer os níveis de emprego.

1.8 O desemprego persistentemente elevado continua sendo um dos problemas económicos mais prementes de Cabo Verde. Em 2007, a taxa de desemprego foi de 21,7 por cento. Entre os trabalhadores de 15-24 anos, um chocante 41,8 por cento estavam desempregados. Nesse mesmo ano, o desemprego feminino foi maior do que o desemprego masculino (25,7 contra 18,2 por cento) e o desemprego urbano foi ligeiramente superior ao do desemprego rural (22,8 contra 20,0 por cento). Embora a proporção da força de trabalho que não consegue encontrar trabalho formal tenha caído de 26 a 21 porcentos entre 1998 e 2006, esta taxa relativamente elevada de desemprego persistiu durante um período em que o PIB real cresceu a uma taxa média anual de 5,3 por cento de 2001-05 e acelerou para uma taxa anual média de 6,5 por cento em 2003-07.<sup>8</sup> O subemprego é também uma das principais preocupações da população de Cabo Verde. Entre a população ocupada, uma taxa relativamente alta de 15,7 por cento declara trabalhar a tempo parcial, e 24,1 por cento trabalha menos de 35 horas por semana.

1.9 A maneira como o desemprego é estimado em Cabo Verde é consistente com o método utilizado pela Organização Internacional do Trabalho.<sup>9</sup> No entanto, como este estudo se concentra em medidas internas do país, não em vários países, as diferenças internacionais nas metodologias utilizadas para estimar o desemprego não devem ter importância relativamente às questões levantadas acerca das diferenças na taxa de desemprego nas ilhas e à permanência destas diferenciais. Não há nenhuma razão para acreditar que a tendência para a alta na estimativa da dimensão dos trabalhadores desempregados é mais atenuada ou exagerada de acordo com a região.

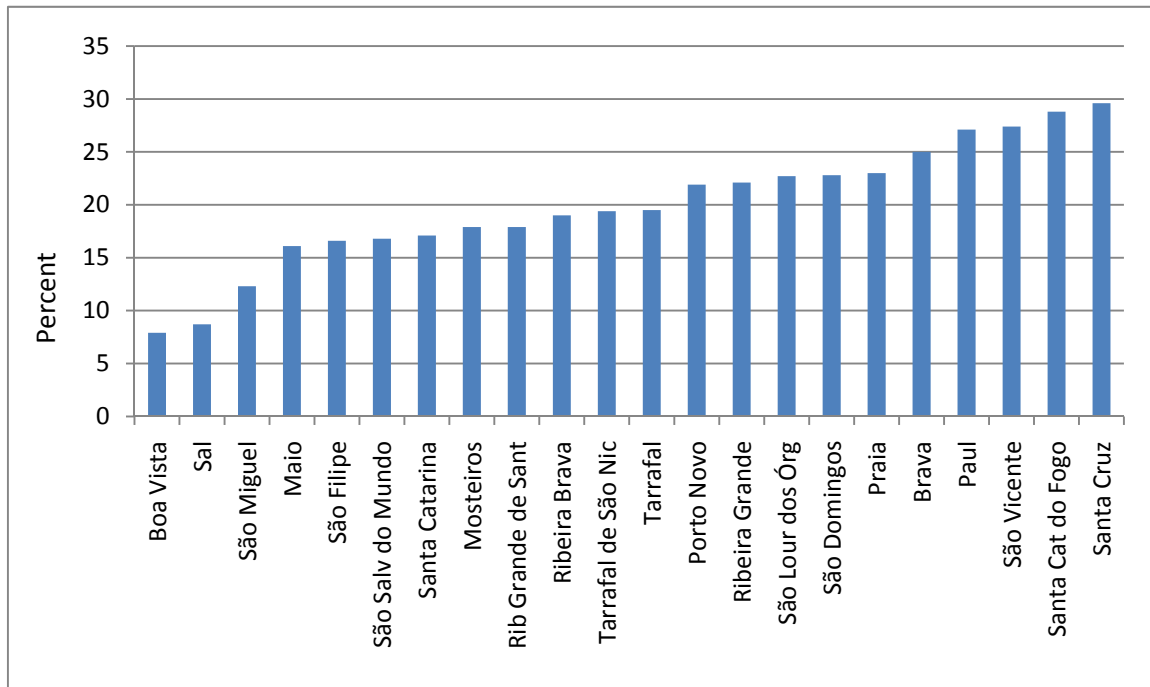
1.10 Reflectindo os resultados económicos díspares entre as ilhas discutidos acima, existem diferenças regionais consideráveis nas taxas de desemprego entre as ilhas. Em Santa Cruz, na ilha de Santiago, por exemplo, a taxa de desemprego era de quase 30 por cento em 2007, enquanto na Boavista, a taxa de desemprego era mais perto de 7 por cento (ver Figura 1-1 abaixo). Embora não seja claro que essa diferença nas taxas de desemprego entre estes dois extremos seja sempre assim flagrante, deve se realçar que esta estatística foi registada no auge de vários anos de crescimento económico da nação. Tais diferenças consideráveis no desemprego e a sua persistência histórica parecem indicar rigidez na capacidade do mercado de trabalho para se ajustar.

---

<sup>8</sup> Economic Intelligence Unit (2008), Perfil do País de Cabo Verde.

<sup>9</sup> O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) definiu uma pessoa desempregada, se a pessoa (a) não trabalhou pelo menos, uma hora na semana de referência e que não tenha estado ausente de um trabalho na semana de referência, (b) está disponível para trabalhar nas próximas duas semanas, e procurou activamente trabalho nas últimas quatro semanas que antecederam o início da investigação. Além disso, os indivíduos abrangidos pelos dois primeiros critérios, mas não procuraram trabalho devido: (a) a doença/acidente, (b) responsabilidades familiares, (c) brevemente em casa devido a trabalho/negócios, ou (d) é estudante. Isto é consistente com a definição da OIT.

FIGURA 1-1: DESEMPREGO POR CIDADE EM 2007



Fonte: INE 2008 usando QUIBB 2007

1.11 Estas grandes diferenças nas taxas de desemprego não são susceptíveis de serem explicadas pelas diferenças demográficas entre as ilhas. Há casos em que algumas regiões do país podem ser mais densamente povoadas por trabalhadores muito jovens ou relativamente mais velhos e as taxas de desemprego podem diferir em grande parte por causa destas diferenças. No entanto, não há diferenças aparentes entre as ilhas no que diz respeito à predominância ou ausência relativa de um grupo etário numa ilha em relação à outra (ver Tabela 1-3 abaixo).

TABELA 1-3: POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO DE IDADE E ILHA (2006)

Grupo de Idade	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Menos de 35 anos	44.4	51.8	63.0	50.1	48.6	50.6
15-24 anos de idade	16.7	19.6	25.6	26.0	29.4	24.5
25-34 anos de idade	27.8	32.1	37.8	24.1	19.1	26.1
35-44 anos de idade	31.1	27.7	21.0	24.0	19.5	24.6
45-54 anos de idade	15.8	14.7	11.6	14.9	21.3	15.3
55-64 anos de idade	4.6	4.2	2.8	4.8	6.3	4.7
+ 65 anos de idade	4.0	1.7	1.0	5.9	4.3	4.6
Sem resposta	0.0	0.0	0.1	0.2	0.1	0.1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE 2008 usando QUIBB 2007

1.12 Embora seja improvável que as diferenças demográficas entre as ilhas seja um factor importante para as grandes diferenças nas taxas de desemprego entre as ilhas, é, entretanto, importante compreender as características demográficas predominantes dos desempregados.

## PERFIL DO DESEMPREGADO

1.13 Em Outubro de 2006, a força de trabalho de Cabo Verde era composta por 183.254 indivíduos, dos quais 49.680 estavam devidamente empregados e 33.574 estavam desempregados. Isso corresponde a uma taxa de desemprego de 18,3 por cento a nível nacional. Santo Antão é a ilha com a maior taxa de desemprego, onde 27 para cada 100 pessoas estavam desempregadas na força de trabalho. São Vicente, com uma taxa de desemprego em 25 por cento foi a segunda maior e mais elevada que a média nacional de desemprego. Sal é a ilha com a menor taxa de desemprego (9%), cerca de nove pontos abaixo da taxa nacional de desemprego. São Vicente, Santiago e Fogo, compõem o grupo de ilhas com taxas de desemprego abaixo da taxa nacional (ver Tabela 1 - 4).

1.14 Quase duas em cada três pessoas desempregadas tinham, a dada altura, um trabalho (65%) (ver Tabela 1-4, quinta linha). A perda de um emprego foi relativamente mais acentuada em São Vicente, onde 74 de cada 100 trabalhadores desempregados tinham trabalhado e Fogo foi a ilha onde o desemprego era menos provavelmente causado por uma perda de trabalho, pois 58 por cento dos desempregados tinha trabalhado anteriormente

TABELA 1-4: POPULAÇÃO ACTIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E TAXA DE DESEMPREGO POR ILHA (2006)

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
População activa	16,552	32,875	9,559	109,037	15,231	183,254
Empregada	12,065	24,696	8,699	90,811	13,409	149,680
Desempregada	4,487	8,179	860	18,226	1,822	335,74
Desempregada (%)	13.4	24.4	2.6	54.3	5.4	100.0
do qual tinha trabalhado (%)	62.3	73.9	68.3	61.9	58.0	64.8
Taxa de desemprego (%)	27.1	24.9	9.0	16.7	12.0	18.3

Fonte: ISE 2006 IIEFP/INE

1.15 O desemprego não é apenas alto, mas também pode ser um problema de longo prazo em Cabo Verde. O levantamento de dados sobre os desempregados indica que o desempregado procura emprego activamente. A grande maioria (81%) procurou emprego nos últimos seis meses, e isso é aproximadamente o caso em todas as ilhas. A maior proporção de desempregados à procura de trabalho é em São Vicente (90%) e a menor proporção foi em Fogo (53%). Constatou-se que nas áreas do país relativamente menos dinâmicas, Fogo e Santo Antão, os dados mostram uma menor proporção de desempregados activamente à procura de emprego. Em comparação, as condições económicas relativamente mais favoráveis das ilhas do Sal, Santiago e São Vicente estão provavelmente a incentivar os trabalhadores a continuarem à procura de emprego (ver Tabela 1-5).

TABELA 1-5: RAZÕES PELAS QUAIS O DESEMPREGADO NÃO ENCONTRA TRABALHO POR ILHA (2006)

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Não existe trabalho disponível	92.8	91.9	79.0	82.5	76.7	85.9
Outras razões	7.2	8.1	21.0	17.5	23.3	14.1

Fonte: ISE 2006 IEF/INE

1.16 Dentre os trabalhadores desempregados à procura de trabalho, os dados da pesquisa sugerem que aproximadamente 86 dos 100 desempregados não encontram trabalho porque "não havia trabalho disponível". A maior proporção de desempregados respondendo desta maneira encontra-se em Santo Antão (93%) (ver Tabela 1-5).

1.17 Há indícios de que dos desempregados que tenham interrompido a procura de trabalho, esses trabalhadores desempregados adiam a sua busca por períodos de tempo relativamente longos. Dos 18.094 desempregados que já trabalharam e que estão desempregados há cinco anos ou menos, apenas 2.031 procuraram emprego, o equivalente a 11 por cento, nos seis meses anteriores à realização do inquérito. Aproximadamente 35 por cento adiaram a sua busca de emprego por mais de seis meses (ver Tabela 1-6) e esta foi aproximadamente a mesma proporção em todas as ilhas excepto uma, a ilha do Sal. Esta ilha, onde o crescimento do emprego foi o mais rápido nos últimos anos, não tinha trabalhadores desempregados a adiarem sua busca por mais de seis meses.

TABELA 1-6: DURAÇÃO DA DECISÃO DO DESEMPREGADO PARAR DE PROCURAR EMPREGO POR ILHA (2006)

Duração do tempo sem procurar	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Seis meses ou menos	65.3	67.3	100.0	63.0	67.6	64.9
Mais de seis meses	34.7	32.7	0.0	37.0	32.4	35.1

Fonte: ISE 2006 IEF/INE

1.18 Em Cabo Verde o desemprego empurra as pessoas para a pobreza, especialmente o desemprego de longa duração. De acordo com estudos recentes, por cada semana adicional de desemprego a renda do chefe de família diminui em cerca de 1,8 por cento nas zonas rurais e 1,9 por cento nas zonas urbanas. Em média, após 50 semanas de desemprego, as famílias cabo-verdianas têm uma probabilidade significativamente maior de se tornarem pobres, ou seja, cair abaixo de um consumo anual *per capita* de \$43.250 CVE (linha de pobreza). Os dados de pesquisa a seguir (ver Tabela 1-7) sugerem que um grande número de trabalhadores experimenta longos períodos de tempo sem emprego.

TABELA 1-7: DURAÇÃO DE DESEMPREGO POR ILHA (2006)

Duração de desemprego	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Últimos 12 meses (%)	70.0	66.2	65.2	69.2	75.2	68.4
Últimos 9 meses (%)	55.6	61.7	58.3	63.6	72.3	62.4

Fonte: ISE 2006 IEF/INE

1.19 Muitos trabalhadores desempregados e os seus familiares em Cabo Verde recebem rendimentos de fontes fora de um trabalho de tempo integral. Outras fontes de renda, à excepção de um emprego a tempo inteiro, são quantos trabalhadores desempregados conseguem impedir as suas famílias de caírem na pobreza. De acordo com dados compilados através de um inquérito à habitação em 2006, um grande número de famílias (cerca de 63%) recebem alguma renda dos membros da família no país enquanto estão desempregados. A maior proporção de famílias que recebem ajuda de membros da família fora de Cabo Verde encontra-se no Fogo (15%). As pensões são fontes de renda relativamente infrequentes para famílias em todo o país. No entanto, há algumas variações, entre as ilhas, no que diz respeito aos rendimentos provenientes do "trabalho", 44 por cento dos agregados familiares em Santo Antão indicam que esta é uma fonte de renda quando o chefe de família está desempregado, enquanto apenas 18 por cento indicam que este é o caso no Fogo (ver Tabela 1-8).

TABELA 1-8: FONTES DE RENDIMENTO DO DESEMPREGADO POR ILHA (2006)

Fontes de rendimento	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Trabalho servil	43.7	25.4	20.7	20.9	18.4	24.8
Pensão	0.0	0.9	0.0	0.8	0.0	0.6
De membros de família em Cabo Verde	48.8	56.8	68.1	68.5	65.9	62.7
De membros de família for a de Cabo Verde	1.9	10.1	5.3	6.8	14.5	7.5
Outros meios	3.4	3.8	4.0	2.3	0.0	2.7
Sem resposta	2.2	3.0	2.0	0.8	1.2	1.6

Fonte: ISE 2006 IEFP/INE

1.20 Estes dados sobre fontes alternativas de rendimento durante trechos do desemprego são importantes na medida em que constituem uma indicação do quão urgente pode ser a procura de emprego. Na tabela abaixo (Tabela 1-9), a hipótese é que os trabalhadores desempregados que recebem ajuda externa podem estar menos propensos a procurar emprego do que se a ajuda não estivesse disponível. Ao apresentar os dados da primeira linha da Tabela 1-6 contra dados que constituem a soma da terceira e quarta linha da Tabela 1-5, há uma correlação,<sup>10</sup> ligeiramente negativa, por região (excluindo os dados para Cabo Verde no seu todo) entre os dispostos a procurarem trabalho e a probabilidade de que o lar recebe renda de membros da família (ver Figura 1-2, abaixo).

---

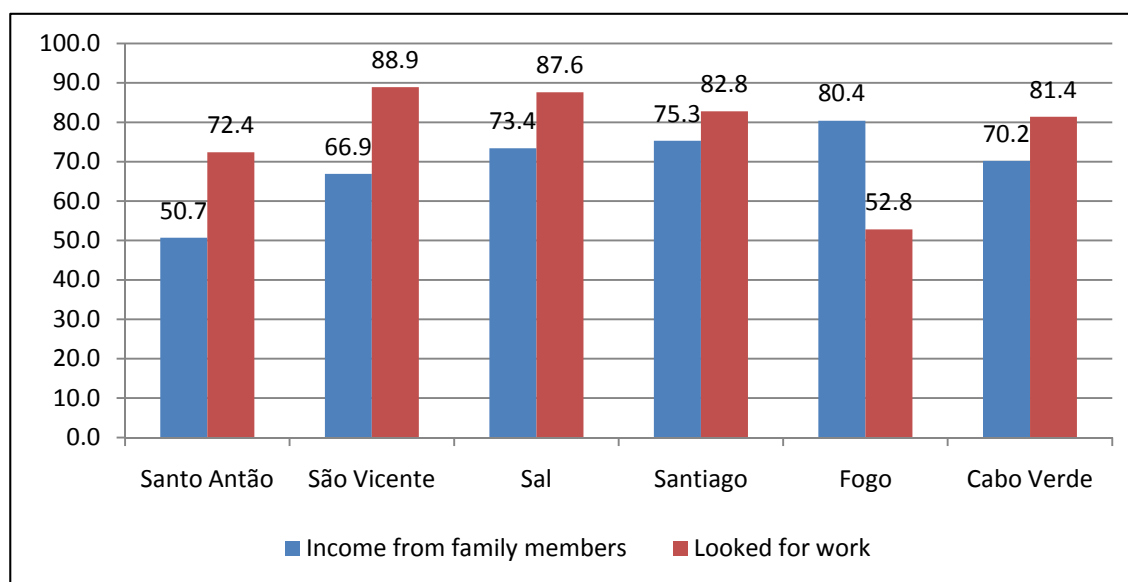
<sup>10</sup> Correlação é -0,19

TABELA 1-9: RESPOSTA A SE O DESEMPREGADO PROCUROU EMPREGO POR ILHA (2006)

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Procurou trabalho	72.4	88.9	87.6	82.8	52.8	81.4
Não procurou trabalho	24.6	8.9	5.7	13.3	31.8	14.5
Não sabe/não respondeu	2.9	2.2	6.7	3.9	15.4	4.1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFP/INE

FIGURE 1-2: RELAÇÃO ENTRE APOIO AO RENDIMENTO PELAS FAMÍLIAS E VONTADE DE PROCURAR TRABALHO, NACIONALMENTE E POR ILHA (2006)



Fonte: ISE 2006 IEFP/INE

## O DESEMPREGO É UM PROBLEMA GRAVE PARA OS JOVENS

1.21 Embora uma média de 18 entre 100 trabalhadores estejam desempregados, neste grupo 33 entre 100 destes trabalhadores desempregados têm entre 15 a 24 anos de idade, aproximadamente o dobro da taxa de desemprego nacional. A taxa de desemprego da população entre as idades de 25 e 34 é aproximadamente igual à média nacional. A taxa diminui para a população de trabalhadores com mais de 60 anos em 2 por cento, e aumenta ligeiramente para trabalhadores entre 55 e 64 anos de idade. Em todas as ilhas o nível relativo do desemprego entre jovens de 15-24 anos situa-se muito acima da taxa nacional de desemprego. Santo Antão é a ilha com maior incidência de desemprego global, incluindo jovens. Cerca de 49 por cento de trabalhadores entre 15-24 anos estão desempregados e 29 em 100 destes trabalhadores com idades compreendidas entre 25 e 34 anos de idade estão desempregados. A taxa de desemprego diminui à volta dos 22 anos e 1 ponto percentual acima da média das ilhas (27%) (ver Tabela 1-10).



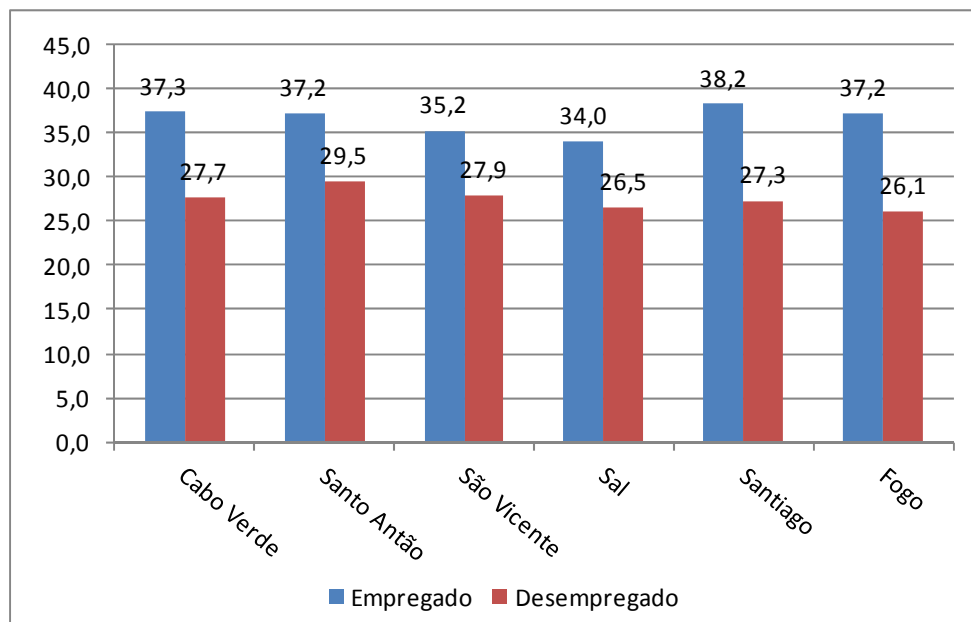
TABELA 1-10: TAXA DE DESEMPREGO POR GRUPO DE IDADES POR ILHA (2006)

Ilha	15-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	65+ anos	Total
Cabo Verde	32.3	n	10.5	10.5	6.0	2.2	18.3
Santo Antão	48.6	28.5	15.9	19.7	8.0	5.2	27.1
São Vicente	42.5	27.4	10.8	14.9	8.2	9.5	24.9
Sal	18.3	5.4	5.8	4.1	7.1	0.0	9.0
Santiago	30.8	13.4	10.5	9.7	5.1	1.6	16.7
Fogo	20.7	16.9	4.4	3.3	5.5	0.0	12.0

Fonte: ISE 2006 IEFP/INE

1.22 Além disso, no que diz respeito à ilha de Santiago, onde 31 por cento dos jovens activos, entre 15-24 anos de idade estão desempregados, cerca de 14 pontos percentuais acima da taxa de desemprego na ilha, enquanto os grupos de idade mais velhos registam taxas de desemprego abaixo da taxa média para a ilha. No Fogo, a taxa de desemprego está perto de 21 por cento nos jovens de 15-24 anos e 17 por cento entre aqueles com 25-34 anos, todos acima da média da ilha e os níveis estão abaixo da média para todos os grupos etários mais velhos (ver Tabela 1-10, acima).

FIGURA 1-3: IDADE MÉDIA DO EMPREGADO E DESEMPREGADO, NACIONALMENTE E POR ILHA (2006)



Fonte: ISE 2006 IEFP/INE

1.23 Pelo menos 52 em 100 desempregados entre 15 a 25 anos e apenas três em cada quatro (77%) têm entre 15 e 35 anos de idade, enquanto a idade média é de 27,7. A ilha do Fogo apresenta a idade média de desempregados mais baixa (26,1 anos), mas a população desempregada de Santiago e Sal também está abaixo da média nacional (26,5 e 27,3 anos, respectivamente) (ver Figura 1-3). A população desempregada de São Vicente e Santo Antão é relativamente mais velha, com uma média de 27,9 e 29,5 anos de idade, respectivamente, níveis superiores à média nacional.

1.24 Os desempregados são relativamente mais jovens do que os empregados. Os desempregados são, em média, 9,6 anos mais jovens do que os empregados e em Santiago e Fogo, a diferença de idade entre estes dois grupos é mais acentuada (10,8 e 11,0 anos respectivamente) (ver Figura 1-3). Em Santo Antão, onde estes desempregados são mais velhos, a idade média é 32,6 anos, cerca de 3,4 anos acima da média. Em Santo Antão, metade dos desempregados têm menos de 31 anos e 59 em cada 100 têm menos de 35 anos. Em comparação, em São Vicente, onde os desempregados são os mais jovens, a média é de 27,7 anos de idade.

TABELA 1-11: O EMPREGADO E DESEMPREGADO COM MENOS DE 25 E 35 ANOS DE IDADE POR ILHA (2006)

Menos de 35 anos de idade						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Desempregados	72.1	80.4	79.5	76.3	85.2	77.3
Empregados	44.4	51.8	63.4	50.1	48.6	50.6
Menos de 25 anos de idade						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Desempregados	42.4	43.9	57.8	57.7	56.5	52.2
Empregados	16.7	19.6	25.6	26.0	29.4	24.5

Fonte: ISE 2006 IEFP/INE

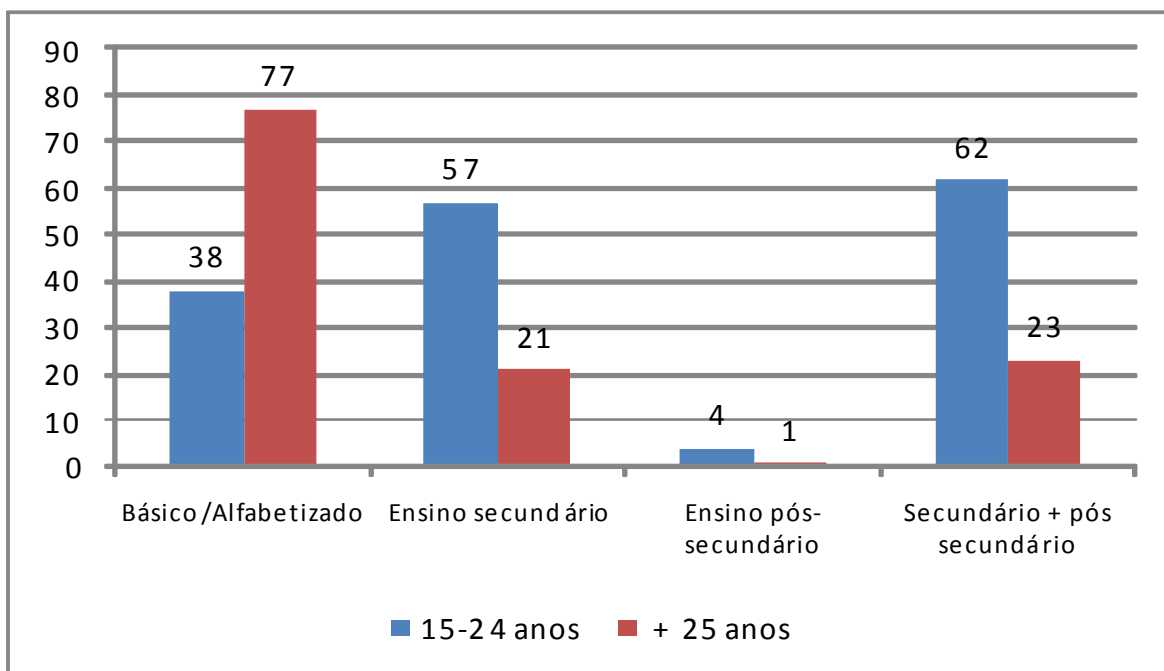
1.25 Cerca de 77 por cento dos desempregados têm entre 15 e 34 anos, embora apenas 51 por cento dos empregados pertençam a este grupo etário. Além disso, cerca de 52 por cento dos desempregados têm entre 15 e 24 anos, enquanto apenas 25 por cento dos empregados pertencem a este grupo etário.

## DESEMPREGADOS SÃO RELATIVAMENTE MELHOR INSTRUIDOS

1.26 Os desempregados em Cabo Verde são jovens e também relativamente melhor instruídos. Cerca de 44 por cento dos desempregados têm formação de nível secundário (41%) ou superior (3%), quase nove pontos percentuais acima das habilitações literárias dos empregados. Em comparação, a proporção de empregados com ensino secundário (61%) é cerca de nove pontos percentuais acima dos desempregados com este nível.

1.27 Os dados apresentados na Figura 1-4 indicam que os desempregados com idade entre 15 e 24 anos e estes são relativamente mais instruídos do que aqueles de 25 anos ou mais. Para cada 100 desempregados de 15-24 anos, 57 têm o ensino secundário e quatro têm ensino pós-secundário. Em comparação, para cada 100 pessoas desempregadas 25 anos ou mais, apenas 21 têm o nível de ensino secundário e apenas 23 entre 100 têm o ensino secundário ou pós-secundário.

FIGURA 1-4: HABILITAÇÕES LITERÁRIAS MÉDIAS DO DESEMPREGADO POR GRUPOS DE IDADE (15-24 E MAIOR QUE 25)



Fonte: ISE 2006 IEF/INE

1.28 Embora haja alguma evidência para sugerir que os desempregados são relativamente mais instruídos, também é verdade que o desemprego é um problema relativamente mais agudo para os menos instruídos. A proporção dos desempregados, que tinham trabalhado, e que têm um nível básico de educação é significativamente maior do que os trabalhadores desempregados com o ensino secundário, pós-secundário ou universitário. Apenas 3 por cento dos desempregados com experiência anterior de trabalho e algum nível de ensino superior encontram-se desempregados. As diferenças na taxa de desemprego entre os trabalhadores com um nível básico ou secundário ou pós-secundário de ensino não são tão grandes; 52 a 44 por cento, respectivamente (ver Tabela 1-12 abaixo).

TABELA 1-12: HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DO DESEMPREGADO MÉDIO QUE TRABALHOU NO PASSADO E HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DO EMPREGADO POR ILHA (2006)

Ensino básico						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Desempregado	64.9	51.7	53.4	49.5	45.2	51.8
Empregado	68.9	59.0	49.2	59.9	71.7	60.7
Ensino superior+						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Desempregado	0.0	3.4	0.0	3.6	0.0	2.8
Empregado	2.1	4.6	4.1	5.2	0.6	4.4
Secundário e pós secundário						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Cabo Verde
Desempregado	29.2	45.5	45.3	46.5	49.8	44.3
Empregado	25.0	37.2	48.5	36.1	24.4	35.2

Fonte: ISE 2006 IEFP/INE

## RIGIDEZ NO MERCADO DE TRABALHO

1.29 As taxas de desemprego são explicadas tanto pelo número de empregos disponíveis (o crescimento do emprego) e o número de trabalhadores activamente à procura de trabalho (mercado de trabalho ou população activa). A Tabela 1-13, abaixo, indica que as taxas de emprego aumentam e diminuem em proporções mais rápidas do que as taxas de pessoas que procuram emprego activamente. Entre 1990 e 2000, a taxa média do crescimento anual da população de 15 anos de idade ou mais foi de 3,4 por cento. A taxa média anual de crescimento da população activa foi de 4,0, e para a população empregada foi de 5,6 por cento. Em suma, o crescimento do emprego foi mais rápido do que o número de trabalhadores a entrarem no mercado de trabalho, o que explica a queda do desemprego de 25,4 por cento para 17,3. Entre 2000 e 2005, anos em que alterações estruturais importantes para a economia estavam bem encaminhadas, a taxa média de crescimento anual foi 0,3, -0,3, e -1,1 por cento para as populações em idade de trabalho, activas e empregadas, respectivamente.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Se pessoas que não estavam realmente no mercado do trabalho declararam que estão a procura de emprego, a taxa de desemprego calculada seria erroneamente elevada. Não há nenhuma razão para suspeitar disso, porém, porque não existem programas de desemprego ou outros programas semelhantes que possam condicionar benefícios a actividade de procura. Nós adicionamos este esclarecimento ao texto.

TABELA 1-13: TENDÊNCIAS NAS POPULAÇÕES EM IDADE DE TRABALHO, ACTIVAS E DESEMPREGADAS; 1990, 2000, 2005 AND 2006

	1990	2000	2005	2006
População com 15 anos de idade ou mais velha	187,968	251,863	260,226	292,857
População activa	122,064	171,313	166,356	183,254
População empregada	91,015	141,725	125,745	149,680
Desempregada	31,049	29,588	40,611	33,574
Percentagem activa	64.9	68.0	63.9	62.6
Proporção desempregada	25.4	17.3	24.4	18.3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE). 1990 – Censo 90 DGE 1996 – Inquérito Emprego (IEFP) 2000 Censo – INE 2005 e 2006 - ISE IEFP/INE.

1.30 O número de trabalhadores em idade activa cresceu, mas os participantes no mercado de trabalho diminuíram enquanto o número de trabalhadores empregados desceu e a taxa de desemprego passou de 17,3 por cento em 2000 para 24,4 por cento em 2005. A taxa de desemprego teria sido mais elevada se o número de trabalhadores activos não tivesse descido ao mesmo tempo que o emprego desceu. Finalmente, entre 2005 e 2006, o ano com maior crescimento económico, a população em idade activa cresceu a uma taxa anual de 1,3 por cento, a população activa cresceu apenas 1,0 por cento, a taxa de crescimento anual de população empregada foi quase o dobro da taxa de crescimento da população activa em 1,9 por cento e como resultado de tudo isto, a taxa de desemprego caiu para 18,3 por cento. Esta é uma taxa relativamente alta e persistente do desemprego, enquanto o crescimento económico foi rápido.

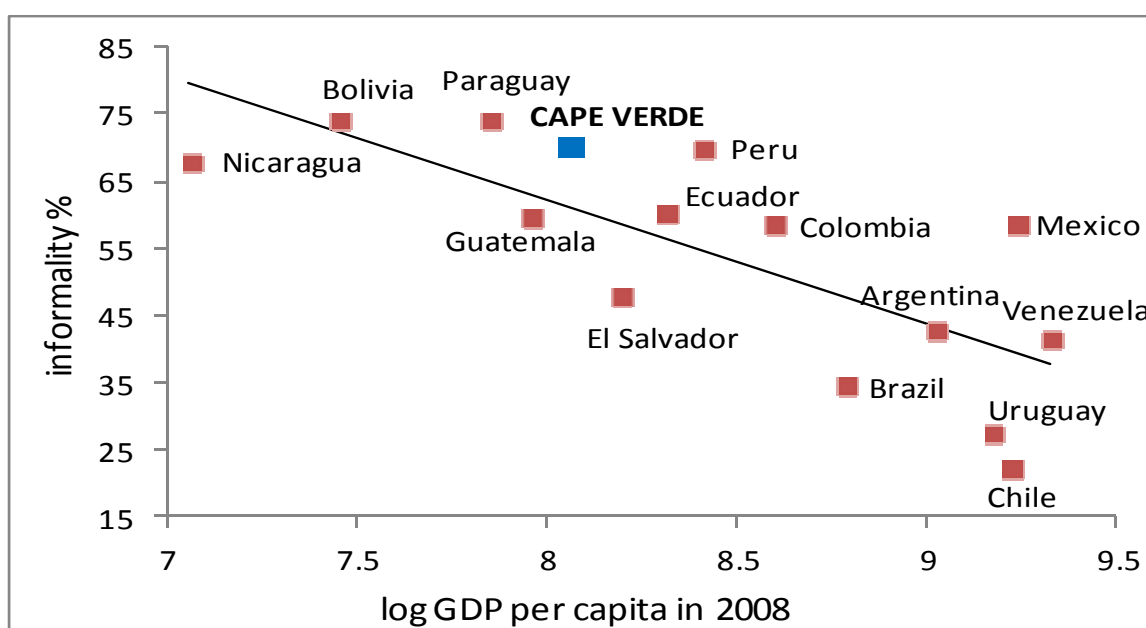
1.31 As tendências nesta combinação de estatísticas sugerem que as taxas de desemprego podem ser menos explicadas por taxas de emprego baixas, mas mais pelo declínio das taxas da participação activa na força de trabalho; uma hipótese suportada pela evidência sobre o crescimento do emprego no presente estudo. Em outras palavras, devido a factores fora do âmbito de análise deste estudo, há indicações preliminares de que a taxa de participação é mais elástica à queda do emprego do que é para a subida do emprego. Esta conjectura requer maior investigação, mas uma série de condições existem para apoiar a hipótese de que as taxas de participação da força de trabalho podem ser suprimidas.

1.32 As condições e tendências da força do sector informal são uma indicação da taxa de participação no mercado de trabalho formal. A taxa de participação do mercado de trabalho no sector formal é parcialmente uma função das taxas de participação do mercado no sector informal. Em Cabo Verde, há indícios de que o sector informal é relativamente grande e, possivelmente em crescimento. De acordo com o Ministério da Qualificação e Emprego (2008), os trabalhadores informais constituíram cerca de 70 por cento do total de trabalhadores em 2006. A Avaliação do Clima de Investimento para Cabo Verde, no entanto, cita um relatório do Ministério das Finanças e do Planeamento de 2004 que estima esta quota em cerca de 40 por cento. No entanto, com base nos dados da segurança social do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), utilizado como base

deste estudo, a estimativa de 70 por cento para a parte informal do emprego total está mais em linha com o indicado por estes dados também.<sup>12</sup>

1.33 Embora as estimativas do sector informal dêem a impressão de que este sector é bastante grande em Cabo Verde, é de notar que o país não parece ser atípico quando comparado com as estimativas do sector informal em vários países da América Latina. A figura abaixo (Figura 1-5) mostra os resultados de uma regressão transnacional entre as estimativas do tamanho do sector informal com o PIB *per capita*. Existe uma suposta relação negativa entre estas duas variáveis, e o objectivo desta análise é determinar se Cabo Verde é atípico em relação a este relacionamento. Em outras palavras, se, em termos estatísticos, o sector informal é significativamente maior do que seria esperado, dado o PIB *per capita* da nação, a comparação de análises com os países de referência na América Latina, onde os dados estão disponíveis, teria detectado isso.

FIGURA 1-5: CORRELAÇÃO ENTRE O PIB *PER CAPITA* E O TAMANHO DO SECTOR INFORMAL PARA PAÍSES NA AMERICA LATINA E CABO VERDE



Fontes: Cálculos do Autor, Indicadores do World Development, e Gasparini e Tornarolli (2007)

1.34 Com base nesta análise, o nível da informalidade de Cabo Verde está acima do nível previsto, pelo menos quando comparado aos países da América Latina com níveis semelhantes de desenvolvimento. Os dados apresentados na Figura 1-5 mostram que o nível da informalidade de Cabo Verde é semelhante ao do Peru, que tem um maior PIB per capita do que Cabo Verde. Esta

12 Em Dezembro de 2006, o emprego total registado no INPS, incluindo empregados próprios do INPS, foi 37.541. Com uma população activa de cerca de 183.000 trabalhadores, este valor implica que o sector informal engloba mais de 80 por cento do emprego. Esta estimativa provavelmente deixa de fora alguns trabalhadores do sector formal, pois o INPS ainda estava no processo de incorporar os seus próprios funcionários nos dados. A fim de obter um limite superior do tamanho do emprego no sector formal, podemos comparar emprego registado no INPS em 2008, que foi 49.503, com o número total de trabalhadores em 2006. Até 2008, todos os trabalhadores do INPS foram incluídos no conjunto de dados e o emprego no sector privado registado no INPS também cresceu. Segundo este cálculo, o sector formal inclui 67 por cento do emprego total.

simples análise mostra que Cabo Verde não é uma excepção em comparação com outros países da América Latina. O tamanho do sector informal é o que seria previsível dada a relação entre o PIB *per capita* e o tamanho do sector informal.<sup>13</sup>

1.35 Embora o sector informal de Cabo Verde não seja invulgarmente elevado quando comparado com vários países na América Latina, continua-se a se colocar questões sobre a razão pela qual os trabalhadores sentem-se compelidos a participarem do sector informal ou, alternativamente, sentem-se incapazes de conseguir emprego no sector formal. Djankov e Ramalho (2009) constataam que as economias com mercados de trabalho mais rígidos tendem a ter maiores economias informais. Se os custos de contratação ou demissão de trabalhadores no sector formal são demasiado elevados, as empresas podem optar por contratar trabalhadores informalmente.

1.36 Há indícios de que a regulamentação do trabalho pode ser relativamente opressiva em Cabo Verde, apoiando a hipótese de Djankov e Ramalho (2009). De acordo com o 2010 *Doing Business Report*, Cabo Verde ficou classificado em 167 do total de 181 países em termos de flexibilidade do mercado de trabalho. É particularmente difícil demitir trabalhadores em Cabo Verde. Os dados do 2006 *Enterprise Survey* também indicam que 47 por cento de directores classifica a regulamentação do trabalho como um obstáculo moderado ou grave, nas operações dos seus negócios.<sup>14</sup> A estatística análoga, para os outros 13 países Africanos, onde os dados foram recolhidos através do *Enterprise Survey*, varia de 0 na Gâmbia a 33 por cento na Namíbia, com um valor médio de 17 por cento. Com essa medida, os regulamentos de trabalho parecem ser particularmente difíceis em Cabo Verde.

1.37 A nova legislação laboral, aprovada em 2007, introduziu medidas favoráveis do mercado de trabalho, mas pode ter agravado alguma rigidez. Mais notavelmente, o novo código de trabalho eliminou a indexação dos salários à inflação, que é importante à luz da paridade cambial de Cabo Verde e consequentes limitações na desvalorização como um meio de aumentar a competitividade e maior flexibilidade para os empregadores alterarem determinados aspectos do contrato de trabalho. Ao mesmo tempo, a lei estabeleceu limites para o número de anos que os trabalhadores podem ser oferecidos contratos temporários e continua a ser relativamente difícil dispensar um trabalhador redundante ou que não desempenha adequadamente as suas funções, exigindo uma sequência de avisos e de compensações que são considerados caros. Segundo a *Enterprise Survey* 2009 realizada em Cabo Verde, 24 empresas informaram o pagamento de uma indemnização a um empregado que recentemente deixou a empresa. A indemnização média foi de 60.593 escudos, o que é de 3,6 vezes o salário médio mensal para estas 24 firmas.

1.38 Embora esses aspectos da legislação laboral possam explicar o porquê das empresas estarem mais inclinadas a contratar trabalhadores informalmente, há também indicações de que o trabalhador médio de Cabo Verde pode ser mais difícil de convencer a participar no mercado formal. A média dos agregados familiares em Cabo Verde recebem níveis relativamente altos de remessas que podem gerar altos salários de reserva e baixa taxa de participação no mercado de trabalho. Na medida em que muitas pessoas em Cabo Verde dependem de remessas como uma

---

<sup>13</sup> Número de trabalhadores informais como percentagem de todos os trabalhadores é calculado pelo Gasparini e Tornarolli (2007), utilizando o critério de acesso à protecção social.

<sup>14</sup> As ponderações de amostras são usadas para estimar os valores para um censo de unidades industriais

fonte significativa de rendimento, pode-se conjecturar que o salário de reserva de muitos cabo-verdianos pode ser surpreendentemente elevado. Kim (2007) acha que este é o caso da Jamaica, que como Cabo Verde é uma pequena economia insular com altos níveis de renda proveniente de remessas de emigrantes.

TABELA 1-14: VALORES ABSOLUTOS E INDICES DE UMA MIGRAÇÃO NAS ILHAS

Ilha	Total	Imigração	Emigração	Migração líquida	Índice de emigração	Índice de retenção	Índice de imigração	Taxa de migração líquida
Santo Antão	14,952	453	8,783	-8,330	37.8	-62.2	3.0	-55.7
São Vicente	19,931	7,712	2,118	5,594	15.6	84.4	38.7	28.1
Sal	5,870	2,300	289	2,011	11.6	88.4	39.2	34.3
Interior Santiago	39,101	1,301	10,813	-9,512	22.3	77.7	3.3	-24.3
Praia	31,983	15,387	1,383	14,004	8.2	91.8	48.1	43.8
Fogo	11,466	213	3,980	-3,767	26.3	73.7	1.9	-32.9
Total	123,303	27,366	27,366	0	22.8	77.2	22.2	0.0

Fonte: INE – Censo 2000 e cálculos do *ESTUDO/DIAGNÓSTICO SOBRE O MERCADO DE EMPREGO EM CABO VERDE* (2008)

1.39 Os trabalhadores podem não valorizar suficientemente os benefícios oferecidos pelo governo (cuidados de saúde e pensão) para induzi-los a entrar no sector formal. Alguns trabalhadores informais assalariados podem receber assistência médica de trabalhadores formalmente empregados na mesma casa através do sistema de segurança social do país. Suponhamos, por exemplo, que os trabalhadores vêem o acesso a assistência médica como a principal vantagem de trabalhar no sector formal. Uma vez que o cônjuge de um trabalhador formalmente empregado recebe assistência médica, como beneficiário do trabalhador formalmente empregado, o cônjuge pode ter pouco incentivo para entrar no sector formal. Apoiando esta hipótese, a taxa de desemprego (calculado de maneira conservadora no Questionário Unificado de Indicadores Básicos do Bem-Estar-QUIBB) de homens casados que são chefes de família é de apenas 5 por cento. A mesma taxa para os homens casados que não são chefes de família é de 11 por cento. Esta evidência sugere que, quando o apoio familiar é menos provável, a probabilidade de desemprego é menor.

1.40 Embora o conjunto de observações acima indiquem tendências substanciais de rigidez do mercado de trabalho, uma falta de vontade de mudança não pode ser contada como um dos factores que sustentam essas altas diferenciais nas taxas de desemprego. A tabela (Tabela 1-14) estabelece valores absolutos de emigrantes dentro e fora nas ilhas entre 2000 e 2006, e oferece o cálculo de índices que representam a propensão da migração dentro e fora e retenção por ilha para fins de comparações. Os dados sugerem que os trabalhadores estão a agir com base nas oportunidades



económicas que lhes são oferecidos. Os dados indicam um padrão de emigração de ilhas onde as taxas de desemprego são relativamente elevadas, e imigração para as ilhas em que as taxas de desemprego são relativamente baixas. As ilhas do Sal e São Vicente e da cidade da Praia tem taxas altas de retenção (88,4, 84,4 e 91,8, respectivamente) e altos índices de imigração (39,2, 38,7 e 48,1). Estes são os lugares onde as taxas de desemprego são relativamente baixas. Pelo contrário, Santo Antão, Interior de Santiago e Fogo têm um desempenho menos satisfatório nestas medidas comparativas de imigração e retenção, reflectindo as suas taxas de desemprego relativamente mais elevadas.

1.41 Embora a propensão relativamente elevada de migração entre ilhas seja um ponto positivo no que diz respeito à flexibilidade do mercado de trabalho, esta propensão apresenta algumas possibilidades de rigidez. Cabo Verde é caracterizado por elevados níveis de emigração e as oportunidades de emigração também pode produzir altos salários de reserva e taxas baixas de participação no mercado de trabalho. Se grandes segmentos da população acreditam que podem ter oportunidades de emprego em outros lugares, sentem-se mais facilmente frustrados por procuras mal sucedidas de trabalho no mercado local, desistem e esperam pela oportunidade de emigrar. De acordo com os resultados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP (2002)), mais de 50 por cento da população afirma o desejo de emigrar. Das pessoas que afirmam o desejo de emigrar, 13,2 por cento citam estarem actualmente desempregados, como o principal motivo enquanto 23,2 por cento citam salários baixos como o principal motivo.

---

## CONCLUSÕES

---

1.42 Este capítulo apresentou evidências de uma economia nacional que, recentemente, experimentou um crescimento económico sustentado e rápido, com resultados económicos desiguais entre os grupos sociais, ilhas e zonas rurais e urbanas. Ele também apresentou provas de que as disparidades regionais no desempenho económico também são reflectidas nas taxas de desemprego persistentemente elevadas e variáveis entre as ilhas. Estas disparidades persistentes podem indicar alguma rigidez do mercado de trabalho que requerem exploração e explicação. Há alguma evidência de outros tipos de rigidez em que a taxa de participação da força de trabalho parece ser relativamente elástica quando o emprego parece aumentar e relativamente sem elasticidade quando o emprego está a diminuir. No entanto, há desenvolvimentos positivos no que diz respeito aos padrões de migração entre as ilhas. Na verdade, se essas tendências continuarem, estes padrões de migração ajudarão a explicar, em grande parte, o diferencial das taxas de desemprego entre as ilhas. No entanto, apesar disto, o capítulo salientou que pode haver algumas razões regulamentares e institucionais para este padrão de elasticidade na taxa de participação da força de trabalho no sector formal e incidiu sobre os incentivos para se permanecer informal.

1.43 O desafio imediato é identificar e analisar os factores dessa possível rigidez com os níveis modestos de informação que existe sobre os mercados de trabalho de Cabo Verde. O objectivo do próximo capítulo é apresentar as tendências e as condições de crescimento do emprego a nível nacional e sub-nacional e determinar o dinamismo da economia nacional e suas inúmeras ilhas relativamente à criação do emprego.

## CAPÍTULO 2 – CRESCIMENTO DO EMPREGO E FLUXO DOS TRABALHADORES

---

*Há uma série de indicações do que o mercado de trabalho de Cabo Verde é relativamente rígido; o desemprego é persistentemente alto, há um padrão de longa data de variação regional em alguns resultados do trabalho e o sector informal é grande e, possivelmente, a crescer. Todas estas condições e tendências persistem lado a lado com um crescimento económico historicamente elevado. No entanto, um mercado de trabalho tem dois lados, procura e oferta. O lado da procura do mercado de trabalho, criação e destruição de emprego, parece dinâmico e não reflecte a rigidez do mercado de trabalho. Por outro lado, o aumento do salário real e a queda da produtividade indicam que a rigidez pode ser do lado da oferta do mercado. Finalmente, os padrões de convergência nas tendências de criação e destruição de emprego em todas as ilhas indicam uma crescente integração económica do lado da procura do mercado de trabalho.*

---

2.1 O capítulo anterior indicou que, apesar do crescimento económico relativamente elevado, o desemprego manteve-se persistentemente elevado e discrepante entre as ilhas. Para responder alguns dos factores a respeito do porquê deste caso, este capítulo concentra-se em analisar a dinâmica das tendências do desemprego nacional e estas grandes variações inter-ilhas, com base nas mudanças nas taxas de emprego líquido. A questão é se as tendências no emprego líquido estão a contribuir para, ou a lutar contra, as consequências divergentes nos resultados do emprego nas ilhas. A convergência em direcção a uma redução nos resultados regionais é o que a teoria económica poderia prever com tudo o resto mantido constante.

2.2 Taxas de desemprego persistentemente elevadas e díspares entre ilhas podem indicar a presença de impedimentos para ajustamentos e a existência de rigidez. Espera-se que, sem estas incidências de rigidez, que o desemprego de longo prazo cairia e as tendências com relação às taxas regionais de desemprego em cada ilha tenderiam à convergência nacional. Todas as coisas iguais, as forças livres do mercado de trabalho incentivam o emprego para longe de, e investimentos e a procura de trabalho para, mercados onde o trabalho é menos escasso, reduzindo o desemprego aí e conduzindo a uma convergência relativa nas taxas de desemprego. Sem estes impedimentos e rigidez, os resultados do mercado de trabalho em Cabo Verde tenderiam para a integração, convergência e a emergência de um mercado de trabalho nacional.

2.3 As tendências e condições das taxas do fluxo de trabalho e o crescimento do emprego, nacionalmente e em todas as regiões podem ajudar a identificar possíveis factores de rigidez no mercado de trabalho cabo-verdiano. Tendências nas taxas de fluxo de trabalho – taxas de criação e destruição de trabalho - entre as empresas e as ilhas são indicativos do dinamismo da procura do mercado de trabalho.<sup>15</sup> Por estas razões, esta secção examina a natureza e as taxas de criação e

---

<sup>15</sup> Taxas Líquidas de emprego e do fluxo de trabalho - diferenças entre as taxas de criação e destruição de emprego - podem ser interpretados como indicadores da dinâmica do mercado de trabalho. Por exemplo, uma taxa de crescimento líquido do emprego em Santo Antão, que é de -2 por cento poderá ser o resultado de uma taxa de criação de emprego de 1 por cento e a taxa de destruição de emprego de 3 por cento. Em alternativa, isto poderia ser o resultado de uma taxa de

destruição de emprego ao longo do tempo, as características de empresas a nível nacional e entre as ilhas. Esta análise também determina o desempenho em termos de criação bruta de emprego, a destruição e emprego<sup>16</sup> a nível da empresa.

## EMPREGO LÍQUIDO E FLUXO DOS TRABALHADORES

---

2.4 As estimativas do crescimento elevado do emprego líquido com base em dados do INPS retratam as taxas de crescimento económico historicamente elevadas e indicam que o lado da procura do mercado de trabalho cabo-verdiano é relativamente dinâmica (ver Tabela 2-1, abaixo). Entre 2003 e 2008, a taxa média de crescimento líquido do emprego no sector privado formal foi rápido em uma média anual de 8,1 por cento. Durante o mesmo período, a taxa de crescimento líquido do emprego no sector privado formal também foi variada, desde uma baixa de 4,5 por cento de crescimento anual em 2004 e uma alta de 11,3 por cento em 2007. O crescimento líquido do emprego foi mais elevado entre 1997-2002<sup>17</sup> do que no período 2003-2008, mas os dados anteriores não incluem Sal. O crescimento líquido foi especialmente elevado no período 1998-2000. Mas há uma diminuição notável no crescimento líquido do emprego em 2008, à medida que a crise mundial começou a tomar forma.

TABELA 2-1: PERCENTAGENS DO CRESCIMENTO DO EMPREGO LÍQUIDO NACIONAL, 1997-2008

Ano	Alteração em emprego líquido
2003	5.44
2004	4.52
2005	9.14
2006	11.12
2007	11.34
2008	6.86
Média (2003-2008)	8.07

Obs: Os cálculos do autor são baseados em registos individuais vindos do INPS. Todas as alterações são de Dezembro do ano anterior a Dezembro do ano em curso. Somente empresas do sector privado foram usadas nestes cálculos.

2.5 Existem também diferenças consideráveis nas taxas de crescimento ano a ano dentro das taxas de crescimento líquido do emprego nas ilhas. Por exemplo, em Santiago, em 2003, o crescimento líquido do emprego foi de 4,7 por cento, mas tinha chegado a uma taxa de crescimento de 17,6 por cento três anos antes, em 2000. Essas grandes oscilações nas taxas de emprego líquido

---

criação de emprego de 10 por cento e uma taxa de destruição de emprego de 12 por cento. O último sugere um mercado de trabalho muito mais dinâmico do que o anterior.

<sup>16</sup> Com a criação de emprego bruto, é a soma de todos os benefícios da expansão do emprego ou empresas recém-criadas, enquanto destruição de emprego bruta refere-se à soma de todas as perdas de emprego das empresas que estão a reduzir as suas operações ou a fechar. A soma dessas duas medidas dá uma medida do crescimento do emprego líquido e relocação.

<sup>17</sup> O período anterior aos dados não inclui a ilha do Sal porque não existiam para esse período.

não se limitam apenas à ilha de Santiago. Em 2000, o emprego líquido de São Vicente foi quase 25 por cento, mas caiu para -1,6 por cento cinco anos depois. Em nenhuma destas séries, a taxa de crescimento do ano anterior é uma boa previsão da taxa de crescimento do emprego líquido para o próximo ano. Mais uma vez, porém, deve-se levar em conta que as séries são muito curtas, o que torna as estimativas estatísticas menos robustas do que o faria uma série mais longa.

2.6 Uma análise das taxas de emprego líquido indica que há dinamismo na parte da procura do mercado de trabalho de Cabo Verde, no entanto, os cálculos de emprego líquido representam a soma das taxas de criação de emprego e destruição de emprego e, portanto, podem fornecer apenas uma indicação geral dessas dinâmicas. Para obter uma melhor visão da dinâmica por trás das taxas de emprego líquido, um exame das taxas de destruição de emprego e criação de emprego, também aqui referidos como fluxos de trabalho, é necessária. Os dados do INPS permitem cálculos dos fluxos de trabalho em Cabo Verde. Os fluxos de trabalho têm quatro componentes; emprego criado pelas empresas que entram no mercado, empregos criados pelas empresas já existentes no mercado, empregos eliminados ou destruídos por empresas a saírem do mercado e empregos eliminados por empresas já no mercado.

TABELA 2-2: PERCENTAGENS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO LÍQUIDO REGIONAL, 1997-2008

Ano	Santiago	São Vicente	Sal	Resto do país
1997	8.43	4.37	-	11.61
1998	14.42	6.63	-	25.37
1999	16.13	14.82	-	17.98
2000	17.55	24.98	-	5.90
2001	7.68	0.72	-	27.44
2002	9.38	6.15	-	1.83
Média (1997-2002)	12.27	9.61	-	15.02
2003	4.67	1.32	11.31	13.29
2004	7.10	-0.43	8.16	5.46
2005	11.33	-1.59	12.58	24.69
2006	11.09	4.40	20.56	12.99
2007	12.80	6.75	14.06	12.44
2008	7.23	5.07	10.33	4.22
Média (2003-2008)	9.04	2.59	12.83	12.18
Média (1997-2008)	10.65	6.10	-	13.60

Obs.: Cálculos do autor baseados em registos individuais do INPS. Todas as alterações são a partir de Dezembro do ano anterior a Dezembro do ano em curso. Apenas empresas do sector privado foram utilizadas nestes cálculos.

2.7 De 2003-2008, os cálculos<sup>18</sup> de fluxo do trabalho mostram uma quantidade substancial de rotatividade tanto na criação como na destruição de emprego (ver Tabela 2-3 abaixo). Num ano típico 30,4 por cento dos trabalhadores estavam empregados numa empresa diferente do que um ano mais cedo (novas contratações) e 22,3 por cento dos trabalhadores deixaram a sua empresa que os empregava no ano anterior (separações). Cerca de 19,3 por cento dos empregos são criados num ano típico e 11,2 por cento dos empregos são destruídos.

2.8 A rotatividade de fluxos de trabalho é gerada mais por empresas já presentes no mercado (empresas que continuam) do que das empresas que estão a entrar ou a sair do mercado. Com relação aos empregos criados, 2004 foi o único ano nesta série em que empresas entrando criaram mais empregos que empresas existentes (10,4 vs 8,1 por cento dos empregos criados, respectivamente). Em média, durante o ano as empresas existentes criam uma proporção ligeiramente superior de todos os empregos, relativamente a empresas que entram no mercado (10,6 vs 8,6 por cento, respectivamente). A percentagem de empregos criados pelas empresas que entram no mercado fora das três ilhas principais, foi de 16,1 por cento. Os valores análogos para as ilhas de São Vicente, Santiago e Sal são 5,7, 7,8 e 10,0 por cento respectivamente. A criação de emprego por novas empresas fora das três principais ilhas diminuiu acentuadamente a partir de, aproximadamente, o ano de 2002. O pico de criação de emprego por empresas a entrar ocorreu em anos diferentes para diferentes ilhas, mas foi bastante baixo em 2007 e 2008 em cada uma das três ilhas principais.

TABELA 2-3: FLUXO DOS TRABALHADORES COMO PERCENTAGEM DO EMPREGO TOTAL, 2003-2008

Ano	Alteração em emprego líquido	Novas contratações	Separações	Empregos criados por novas empresas	Empregos criados por empresas existentes	Total empregos criados	Empregos criados por empresas que cessam	Empregos destruídos por empresas existentes	Total empregos destruídos
2003	5.44	27.09	21.65	6.46	9.50	15.97	5.03	5.49	10.52
2004	4.52	28.72	24.20	10.39	8.07	18.46	6.42	7.52	13.94
2005	9.14	30.65	21.50	9.85	11.33	21.18	4.63	7.40	12.03
2006	11.12	32.45	21.33	8.89	12.27	21.16	4.48	5.57	10.05
2007	11.34	33.16	21.82	9.26	11.31	20.58	2.44	6.80	9.24
2008	6.86	30.23	23.38	6.89	11.29	18.17	3.72	7.59	11.32
avg.	8.07	30.38	22.31	8.62	10.63	19.25	4.45	6.73	11.18

Obs: Cálculos do autor baseados em registos individuais do INPS. Todas as alterações são a partir de Dezembro do ano anterior a Dezembro do ano em curso. Apenas empresas do sector privado foram utilizadas nestes cálculos.

2.9 Os níveis de rotatividade em Cabo Verde, no entanto, não são elevados segundo os padrões internacionais. O Inter-American Development Bank (2004) relata a soma das percentagens de

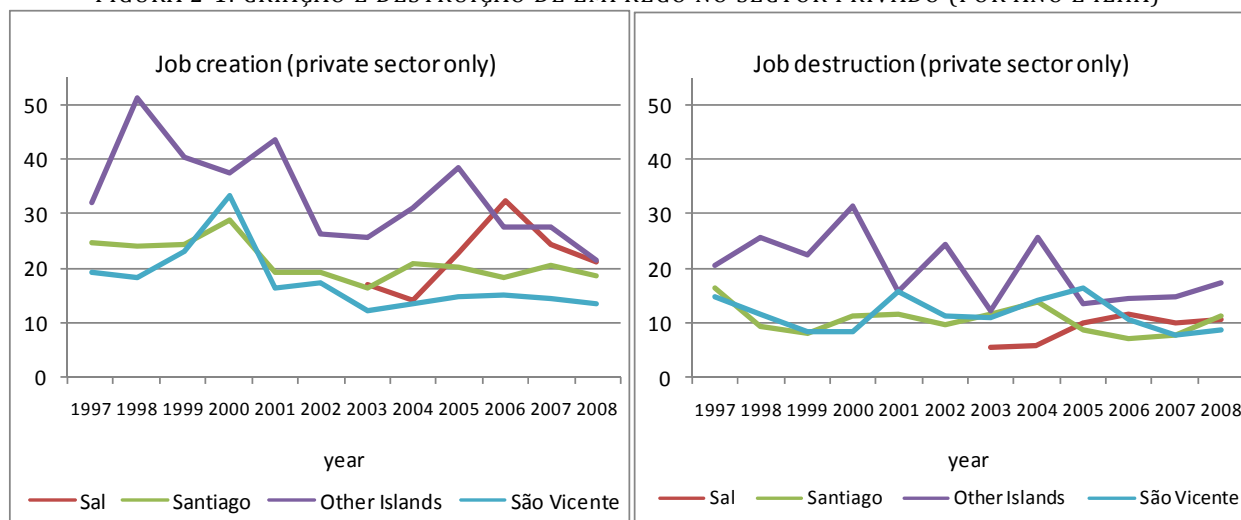
<sup>18</sup> O apêndice deste capítulo fornece informações sobre a forma como este cálculo foi feito.

contratação e separação para seis países: Brasil, Canadá, Finlândia, Alemanha, México e Estados Unidos. A Alemanha teve o valor mais baixo, um pouco mais de 60 por cento. Nesse sentido, o valor médio de pouco menos de 53 por cento em Cabo Verde representa um baixo nível de rotatividade dos funcionários.

2.10 Por outro lado, no que diz respeito à destruição de emprego, as empresas que saem destroem menos empregos do que as empresas que continuam as operações, mas reduzindo o número de postos de trabalho por 6,7 por cento em comparação com empresas a fecharem e saindo do mercado em 4,5 por cento. A rotatividade nos fluxos do trabalho dá-se, na maior parte, em empresas que mudam a composição da sua força de trabalho e não é baseada na entrada ou saída de empresas no mercado.

2.11 A desagregação geográfica dos dados sobre as taxas de criação e destruição de emprego, por ilha, indica uma tendência subtil, mas marcante em relação a convergência entre as ilhas (ver Figura 2-1, abaixo). Comparado à criação de emprego, há muito menos variabilidade na taxa em que são destruídos os empregos nas ilhas. Embora haja pouca variação em separações nas ilhas entre 2007 e 2008, as tendências do tempo em relação à destruição de emprego indicam que taxas de separações quase iguais entre as ilhas são um fenómeno relativamente recente. No final de 1990 o grupo de seis ilhas menos povoadas experimentou taxas consideravelmente mais elevadas de destruição de emprego. No ano 2000, a taxa chegou a 20 por cento, embora estabilizando em menos de 5 por cento em outras ilhas. A proporção de trabalhadores que foram contratados no ano passado, que tinha vindo a aumentar progressivamente até 2007, começou a diminuir nos últimos anos. O resultado de que as separações são menos voláteis do que contratações é consistente com os resultados da Bosch e Maloney (2007) e Bosch et al (2007). Finalmente, embora muito preliminares, os dados de 2008 mostram a destruição de emprego mais acentuada no pequeno grupo de ilhas em comparação com outras ilhas de Cabo Verde. Estes dados são a primeira indicação dos efeitos da crise financeira mundial sobre a destruição de emprego.

FIGURA 2-1: CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGO NO SECTOR PRIVADO (POR ANO E ILHA)



Fonte: INPS.

2.12 A fim de determinar o tipo de trabalhos a serem criados, os modelos econométricos que se seguem foram testados. Para as empresas com o emprego positivo no ano corrente e no ano

anterior, a alteração percentual líquida do emprego foi regredida contra o logaritmo do salário médio pago pela empresa. As regressões foram ponderadas pelo emprego médio na empresa no período actual e anterior. Para os anos 2003, 2006 e 2008 não houve resultados significativos, sugerindo que o processo de criação de emprego ao longo destes anos não foi tendencioso para com postos de trabalhos qualificados nem qualificados. Para o ano 2004, a análise estatística indicou um coeficiente negativo e significativo sobre o logaritmo do salário médio, sugerindo que as empresas com baixos salários criaram desproporcionalmente empregos em 2004. O coeficiente sob o logaritmo do salário médio foi positivo e significativo nos anos 2005 e 2005, sugerindo que as empresas de salários elevados estavam desproporcionalmente a criar postos de trabalho nestes anos. As evidências de alterações viés de qualificações relativamente à produtividade, portanto, parecem ser misturadas.

---

## CONCLUSÕES

---

2.13 Este capítulo começou com o objectivo de examinar incidências de rigidez do mercado de trabalho. Ele ofereceu uma análise da extensão dessas rigidezes, observando a rigidez do lado da procura do mercado de trabalho, centrando-se sobre as tendências e as condições de emprego líquido e a taxa de criação e destruição de emprego que compõem o emprego líquido. Os dados e análises indicam que a rigidez do lado da procura não é evidente. As taxas de emprego líquido são elevadas. Além disso, a análise apresentada prova que o emprego líquido é alto principalmente devido às altas taxas de criação de emprego. As taxas de destruição de emprego também são elevadas, apoiando a conjectura do que a rotatividade do fluxo de trabalho reflecte o dinamismo da procura no mercado de trabalho. Esta rotatividade é impulsionada principalmente pelas empresas já existentes que criam a maior parte dos empregos e também destroem uma grande parte de empregos. Por fim, a análise indicou uma tendência convergente em relação às taxas de criação de emprego ao longo das ilhas. Ilhas com taxas de desemprego mais elevadas foram também aquelas com as maiores taxas de criação de emprego.

### Apêndice – Cálculo de fluxos de trabalho

Os dados do INPS permitem a separação das variações líquidas no emprego numa componente derivada de novas contratações e outra componente derivada de separações. A nova contratação é definida como alguém que está a trabalhar numa empresa no ano em curso, mas que não estava a trabalhar naquela empresa no ano anterior. Por outro lado, a separação é definida como sendo uma pessoa que estava a trabalhar numa empresa no ano anterior e não está a trabalhar nessa mesma empresa no ano em curso. Seguindo a metodologia de Kaplan (2009), e Davis e Haltiwanger (1990 e 1992), estimativas são derivadas na seguinte maneira:

$$\text{Hire percentage} = 200 * \frac{\text{new hires}}{\text{empl}_t + \text{empl}_{t-1}}$$

e

$$\text{Separation percentage} = 200 * \frac{\text{separations}}{\text{empl}_t + \text{empl}_{t-1}}$$

onde  $\text{empl}_t$  é o emprego total em ano  $t$ .

Além disso, os dados do INPS também possibilitam o cálculo dos empregos criados e empregos destruídos. Um posto de trabalho criado é indicado quando uma empresa está a empregar mais uma pessoa do que no ano anterior. Por exemplo, uma empresa cria um posto de trabalho se ela contratou uma pessoa e teve zero separações desde o ano anterior. Além disso, a empresa criou um posto de trabalho se a empresa contratou 10 pessoas, mas experimentou 9 separações no período anterior. Os números de destruição de emprego são calculados de forma análoga para as empresas que reduzem os seus níveis de emprego. As percentagens de criação e destruição de emprego podem ser calculadas usando as seguintes fórmulas:

$$\text{Creation percentage} = 200 * \frac{\max[(\text{new hires} - \text{separations}), 0]}{(\text{empl}_t + \text{empl}_{t-1})}$$

e

$$\text{Destruction percentage} = 200 * \frac{\max[(\text{separations} - \text{new hires}), 0]}{(\text{empl}_t + \text{empl}_{t-1})}$$

Também é costume separar postos de trabalhos criados na componente de criação de emprego que vem de empresas que entram (aquelas com zero emprego no ano anterior) e a componente que vem de empresas que continuam (aqueles com emprego positivo no ano anterior). Da mesma forma, costuma-se separar trabalhos destruídos na componente que vem de empresas que saem (aqueles com zero emprego no ano corrente) e a componente que vem de empresas que continuam (aqueles com emprego positivo no ano corrente) no mercado de trabalho.



## CAPÍTULO 3 – SALÁRIOS E PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR

---

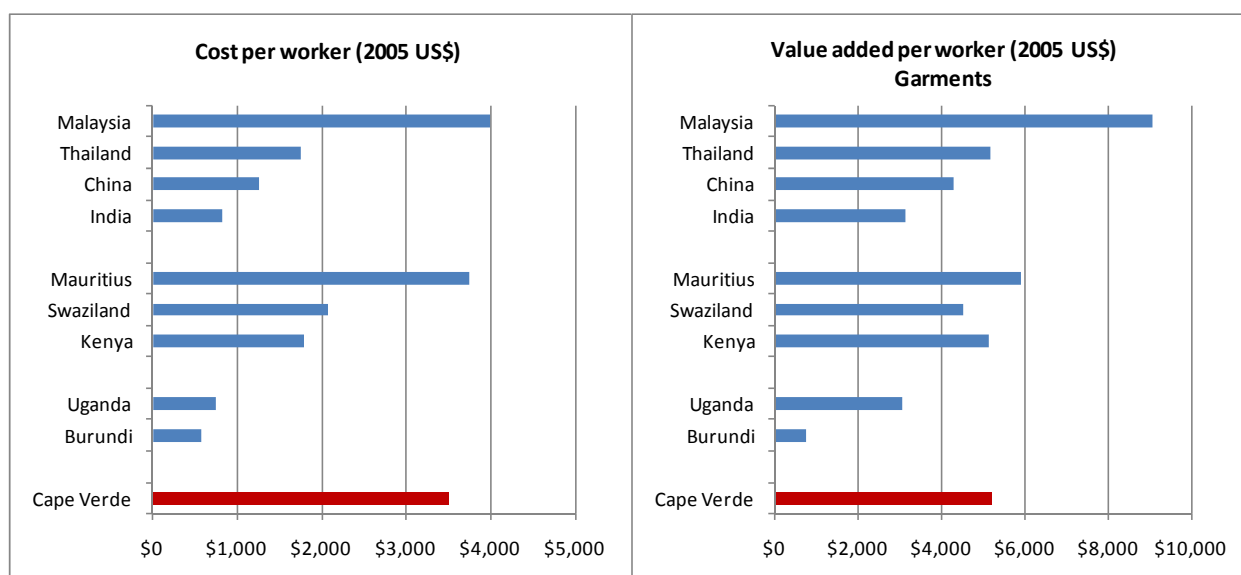
*Os salários reais têm crescido modestamente no sector formal de Cabo Verde, mas com uma considerável heterogeneidade entre as ilhas. Os salários reais na ilha do Sal têm aumentado a um nível muito alto, mas mais recentemente eles têm caído substancialmente. O prémio salarial do sector público é alto e geralmente vem aumentando ao longo do tempo, o que pode gerar o desemprego a medida que os trabalhadores fazem fila para postos de trabalho no sector público. A produtividade média (ou capacidade de rendimento) dos trabalhadores do sector privado tem vindo a diminuir ao longo do tempo, o que é coerente com as queixas de empresários de que não conseguem encontrar trabalhadores com as qualificações de que precisam. Finalmente, as empresas mais jovens tendem a empregar trabalhadores mais jovens, mulheres e trabalhadores menos qualificados, o que pode indicar que estes trabalhadores podem ter dificuldade cada vez maior em encontrar emprego no sector formal já que a taxa de entrada de novas empresas caiu desde 2007.*

---

3.1 Este capítulo analisa a existência e os efeitos de possíveis incidências de rigidez do mercado de trabalho através de medidas de salários e da produtividade do trabalho. O capítulo anterior focou a questão da rigidez do mercado de trabalho, examinando as taxas de criação de emprego, a destruição e o crescimento líquido de emprego. Com base nestas medidas de rotatividade do mercado do lado da procura, os dados apontavam para um mercado de trabalho cabo-verdiano que parece relativamente dinâmico. Este capítulo trata da evidência da dinâmica do mercado de trabalho, através da análise de dados salariais e da produtividade do trabalho.

3.2 Os salários são o resultado de forças dos factores da oferta e da procura do mercado de trabalho. Os níveis salariais são o resultado de uma negociação entre empresas e trabalhadores. Os trabalhadores e as empresas negociam salários, onde o seu sucesso respectivo neste negócio é uma função do seu poder de negociação. Salários relativamente elevados e em crescimento, geralmente assinalam a falta de elasticidade da oferta e uma procura relativamente mais elástica. Como tal, as condições e tendências dos salários oferecem uma avaliação mais directa da rigidez do lado da oferta do mercado de trabalho do que permitem os dados do INPS.

FIGURA 3-1: CUSTO POR TRABALHADOR E VALOR ACRESCENTADO POR TRABALHADOR (2005US\$)



Fonte: Cálculos do autor baseados em dados do Enterprise Survey ([www.enterprisesurveys.org](http://www.enterprisesurveys.org))

3.3 As tendências da produtividade do trabalho também podem ser uma medida indirecta da rigidez do lado da oferta do mercado de trabalho quando está estagnado ou a cair. É frequente, no entanto, as empresas concederem salários mais altos, esperando em contrapartida o aumento da produtividade de seus trabalhadores. Embora a produtividade do trabalho seja elevada em Cabo Verde, os custos do trabalho são altos em relação ao valor da sua produção (ver Figura 3-1, acima). Como uma medida aproximada do problema, há uma margem de cerca de 33 por cento entre o valor adicional por trabalhador e os custos por trabalhador. Somente o Burundi, neste conjunto de países de comparação, tem uma margem menor, em 21 por cento. Nas Ilhas Maurícias, onde a constatação recente de que o aumento dos salários no sector de vestuário já não irá torná-la competitiva internacionalmente, a mesma margem entre os custos por trabalhador e do valor acrescentado é próxima à de Cabo Verde, a 37 por cento. Além disso, as estimativas aqui apresentadas baseadas em dados do INPS indicarão que a produtividade do trabalho tem estado estagnada ou em queda na medida em que os salários reais têm vindo a aumentar significativamente ao longo do período de crescimento elevado. Estas tendências podem realmente assinalar a existência de rigidez no mercado de trabalho de Cabo Verde, possivelmente proveniente do lado da oferta no mercado de trabalho.

### CONDIÇÕES E TENDÊNCIAS DOS SALÁRIOS

3.4 Em Dezembro de 2008, o salário médio mensal para os 23.847 trabalhadores do sector privado inscritos no INPS foi de \$41.082 escudos cabo-verdianos (CVE) por mês. Isso é o equivalente a um salário mensal de cerca de 537 dólares EUA.<sup>19</sup> Os salários médios mensais em São Vicente, Sal e Santiago foram \$33.288, \$42.259, e \$49.984 escudos respectivamente. O salário

<sup>19</sup> Isto é baseado na taxa de câmbio de CVE 76.5 = US\$ 1.

médio mensal para além das três principais ilhas foi \$27.800 escudos, um pouco mais do que o salário médio em Santiago.<sup>20</sup>

3.5 Entre 2003 e até 2008, os salários têm vindo a aumentar a um ritmo acelerado. Desde 2003, a mediana dos salários mensais aumentou 10 por cento em termos reais, enquanto o salário médio subiu 2 por cento. Este padrão de crescimento diferencial entre o crescimento dos salários médios e medianos pode ser interpretado como os que ganham acima do salário médio, e puxam a média para baixo em relação à mediana. No geral, porém, o aumento dramático no emprego líquido, a procura do trabalho, pode explicar este aumento significativo dos salários. Durante este período, quando os salários estavam dramaticamente a aumentar, o emprego total cresceu cerca de 54 por cento de 2003 a 2008.

3.6 Mais recentemente, entretanto, alterações no crescimento dos salários ocorreram no início da recessão global, entre 2007 e 2008. Entre as três ilhas principais, os salários médios e medianos apresentaram maior redução na Ilha do Sal nesse mesmo breve período de um ano. O salário médio (mediano) real em Sal caiu 6 por cento (2%), o que é substancialmente maior do que a diminuição média (mediana) de 4 por cento (1%) observada em São Vicente, e sem diminuição na média (mediana) dos salários reais em Santiago.<sup>21</sup> Para além das três grandes ilhas de São Vicente, Santiago e Sal, o salário médio real mensal aumentou 5 por cento de 2007-2008, enquanto os salários reais mensais cresceram 9 por cento.

3.7 As tendências de longo prazo do crescimento salarial nas ilhas são semelhantes às tendências registadas no crescimento do emprego nas ilhas, diferindo significativamente entre ilhas também. Entre as três ilhas principais, os salários médios e medianos cresceram mais rapidamente no Sal de 2003-2007. Durante este período, o salário médio real mensal aumentou em cerca de 12 por cento na ilha do Sal. Este aumento faz parecer insignificante o aumento de 2 por cento observado em São Vicente e a diminuição de 1 por cento observada em Santiago. As diferenças entre o Sal e as outras duas ilhas principais são estatisticamente significativas. Os resultados usando salários medianos revelam o mesmo padrão. O salário real mediano subiu 4 por cento de 2003-2007 no Sal, em comparação com uma diminuição de 2 por cento em São Vicente e 1 por cento de aumento em Santiago.<sup>22</sup>

3.8 No longo prazo, as diferenças salariais entre as ilhas podem ser reduzidas através da mobilidade do trabalho. A força de trabalho deixa mercados de trabalho com salários mais baixos e entra no mercado com salários altos, fazendo com que os diferenciais de salários se equilibrem. Segundo estatísticas do governo e da análise sobre a migração, os padrões de migração entre as ilhas de Cabo Verde parecem indicar o padrão previsto de trabalhadores que saem de áreas deprimidas (Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava) e mudando-se para as ilhas economicamente mais vibrantes (Sal, Santiago, São Vicente e, mais recentemente, Boa Vista). Cerca de 48 por cento dos trabalhadores de Praia vêm de outras regiões do país. Nas ilhas do Sal e São Vicente, 39

---

<sup>20</sup> Todas estas diferenças entre os sexos e as ilhas são estatisticamente significativas nos níveis convencionais.

<sup>21</sup> Essas diferenças também são estatisticamente significantes.

<sup>22</sup> Essas diferenças são estatisticamente significantes.

por cento dos trabalhadores são migrantes. Por exemplo, dos trabalhadores migrantes que se deslocaram dentro de Cabo Verde, cerca de 13.387 foram para Praia, a cidade capital e a ilha de Santiago. Praia é o primeiro destino preferido para os trabalhadores migrantes, seguida por São Vicente. Enquanto Praia tem apenas 26 por cento da população empregada, o município recebeu cerca de 56 por cento dos trabalhadores migrantes. São Vicente tem o segundo maior número de trabalhadores migrantes (28%), que é de aproximadamente 12 pontos percentuais acima da proporção da população empregada de Cabo Verde. Sal vem em terceiro lugar como destino preferido para os migrantes, com cerca de 8 por cento de todos os novos migrantes, quase o dobro da contribuição da ilha para a população empregada (5%). No que diz respeito à emigração, cerca de 58 em cada 100 trabalhadores que nasceram em Santo Antão deixaram a ilha para encontrar trabalho no exterior ou em outra ilha. Na ilha do Fogo, cerca de 35 em cada 100 trabalhadores aí nascidos partiram e no interior de Santiago, a estimativa é de que 28 em 100 trabalhadores migraram para outra parte do país. Em suma, há padrões gerais de migrações inter-ilhas que indicam que os trabalhadores estão a reagir aos incentivos oferecidos por uma maior probabilidade de emprego produtivo. Conforme sugere este estudo, parece haver convergência para um emergente mercado de trabalho integrado e um mecanismo de ajustamento que está a facilitar essa integração. De acordo com um estudo feito pelo Governo de Cabo Verde sobre o mercado de trabalho do país, os padrões de migração têm sido mais dinâmicos em 2006 do que em 2000.<sup>23</sup>

3.9 Apesar de todo esse movimento dos trabalhadores, as diferenças salariais persistem. A persistência a longo prazo em diferenciais de salários, pode vir de barreiras à mobilidade entre os mercados. Uma barreira resulta do custo para se adquirir aptidões para executar certas tarefas. Outro conjunto de barreiras resulta de imperfeições do mercado, tais como uma falta de conhecimento das oportunidades de emprego e relutância em deixar o ambiente familiar.

## RESULTADO ECONOMÉTRICOS DE DETERMINAÇÃO DE SALÁRIOS E PRODUTIVIDADE

---

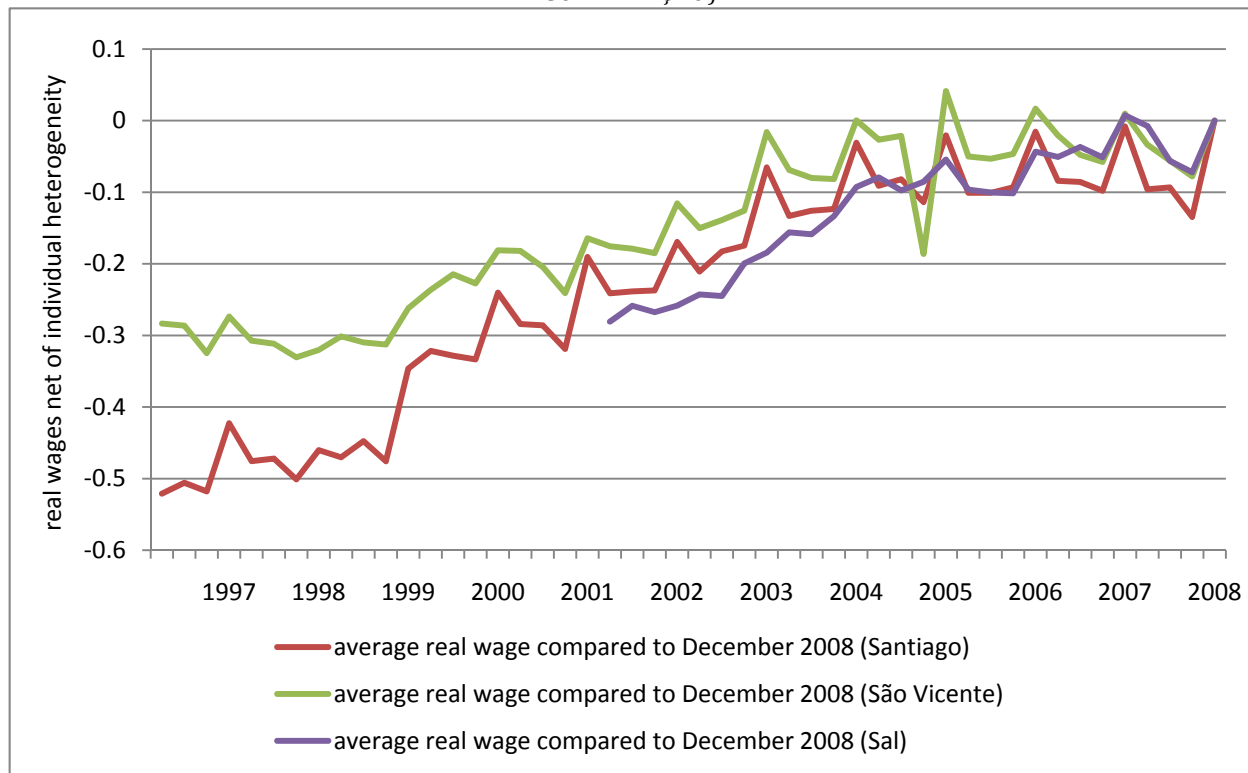
3.10 A dinâmica da procura de trabalho e a oferta de trabalho jogam entre si no processo de determinação dos salários. Em princípio, a produtividade do trabalho é o principal determinante da remuneração do trabalho, dado que num mercado de concorrência perfeita, é racional os salários dos trabalhadores serem iguais à sua produtividade. No entanto, existe uma interdependência estreita entre a quantidade (empregos) e o preço (salário) no mercado de trabalho, ambos com um impacto mútuo entre si. A questão do mercado de trabalho é muitas vezes vista em termos das preocupações opostas de empresas e trabalhadores, que resultam, em parte, de motivos divergentes. Por um lado, as empresas estão interessadas em maximizar o factor trabalho, ou seja, pagar o mínimo para o nível óptimo de produção. Por outro lado, os trabalhadores querem aumentar os seus salários com o mínimo tempo de trabalho possível. A forma como os salários são estabelecidos depende do poder de negociação relativo de cada lado do mercado. Quando os empregos são escassos e os trabalhadores abundantes, as empresas têm a vantagem, quando a situação se inverte, é claro, o trabalhador pode extrair maiores salários.

---

<sup>23</sup> Ministério da Qualificação e Emprego (2008), Estudo/Diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde, página 122.

3.11 Um modelo econométrico de determinação dos salários permite o exame dos factores que são associados com os níveis salariais entre os grupos, empresas e localização geográfica, com foco na evolução dos salários e produtividade. Embora seja geralmente verdadeiro que a produtividade do trabalhador se alinha bem com o salário, as condições de oferta e procura irão afectar a evolução e os níveis dos salários. Para entender a interacção completa da produtividade do trabalho, trabalhador, empresa, e as condições da procura e oferta que são endémicos de mercados de trabalho em determinados locais, um modelo de regressão multi-variado é o mais indicado.

FIGURA 3-2: TENDENCIAS DE SALÁRIOS PARA SAL, SANTIAGO E SÃO VICENTE, TENDO EM CONTA CARACTERISTIAS DE TRABALHADORES (NORMALIZADO PARA 2008 COMO ANO BASE DE COMPARAÇÃO)



Fonte: Cálculos do autor baseados em dados do INPS

3.12 As tendências distintas de aumento dos salários, controlando fortes características individuais e de localização, é uma das descobertas mais surpreendentes desta análise (ver Figura 3-3 abaixo).<sup>24</sup> O gráfico representa as estimativas pontuais da taxa de remuneração média, por ilha, com base numa análise de regressão multi-variada que controla as características do trabalhador e outros factores como a idade da empresa. Os gráficos representam os níveis médios de salário, por ano, em comparação aos níveis de 2008. O leitor deve notar que enquanto estimativas de ponto, há intervalos de confiança superiores e inferiores que achatam o movimento de ano para ano em

<sup>24</sup> Infelizmente, os dados não permitem a desagregação de outras ilhas de Cabo Verde, pelo que a análise se limita a Sal, Santiago e São Vicente

estimativas. Em outras palavras, é provável que a variação de ano para ano seja menos pronunciada do que o ponto de estimativas fornecidas em baixo. No entanto, concedida a variação de ano para ano em estimativas pontuais, existe uma tendência nítida e significativa para o aumento das taxas de salários em todas as três ilhas. A tendência é estatisticamente significativa do início ao fim da série.

3.13 A diminuição ou estagnação de tendências na produtividade dos trabalhadores é outra conclusão distinta nesta análise. A Figura 3-3, em baixo, mostra evidências de apoio à hipótese de que trabalhadores menos produtivos foram entrando no sector privado ao longo do tempo. Os três gráficos mostram que para o período 1997-2008, em Santiago, São Vicente e Sal, a evolução dos valores médios de produtividade nos sectores públicos e privados têm vindo a diminuir no sector privado, permanecendo estagnante no sector público. Não existe uma tendência estatisticamente significativa para a produtividade dos trabalhadores do sector público, o que significa que a produtividade desses trabalhadores manteve-se inalterada desde o início até o final da série. No entanto, o valor médio da produtividade do trabalho no sector privado está a cair significativamente ao longo do tempo.<sup>25</sup>

3.14 Estas tendências da produtividade média do trabalhador podem explicar a preocupação manifestada por muitos empresários cabo-verdianos de que há uma escassez de profissionais com competências suficientes para preencher alguns postos de trabalho.<sup>26</sup> Pode não ser uma falta no sentido clássico – uma insuficiência de trabalhadores qualificados para ocupar posições particulares que exigem essas habilidades - mas sim um reflexo da constatação de que o último lote de trabalhadores contratados pode ser cada vez menos produtivo do que o lote anterior de trabalhadores. Os gráficos abaixo são uma representação visual do que pode estar a ter lugar em Cabo Verde; a escassez do lado de oferta do mercado de trabalho força as empresas a contratarem trabalhadores menos experientes e menos qualificados e, portanto, menos produtivos do que em períodos anteriores.

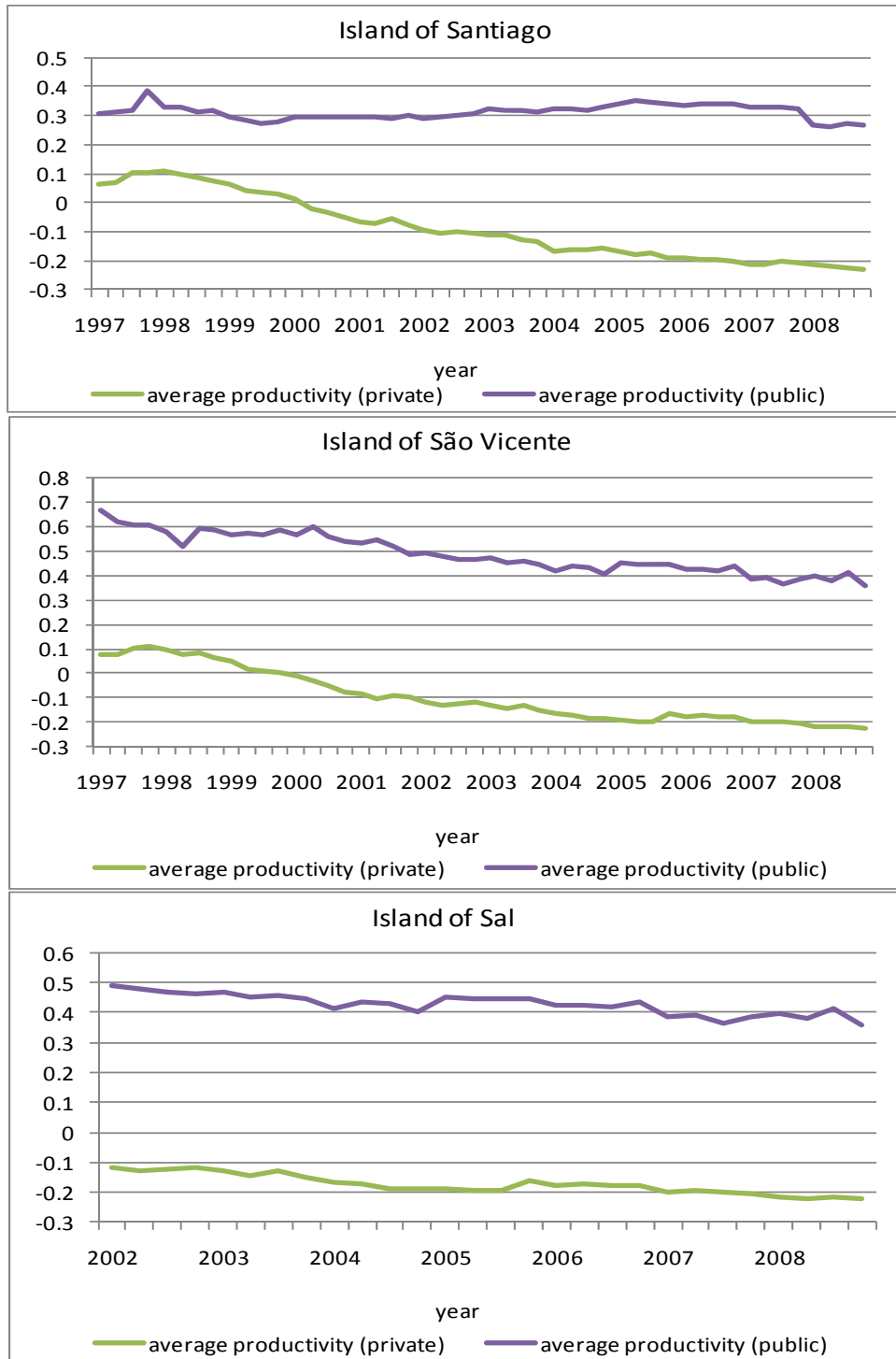
3.15 A explicação da escassez do lado da oferta do mercado de trabalho é consistente com os dados da tendência de produtividade e salarial do trabalhador, mas inconsistente com o facto de que o desemprego continua a ser persistentemente elevado entre essas ilhas. Para reconciliar estes aspectos, a escassez da oferta de trabalhadores qualificados explica o motivo da subida dos salários reais e a produtividade média em regressão ou estagnada; e uma frouxidão da oferta de trabalhadores não qualificados que por sua parte, explica a persistência e os níveis elevados de trabalhadores desempregados.

---

<sup>25</sup> A tendência do tempo para o nível médio de  $\alpha_t$  no sector público menos o nível médio para o sector privado é positivo e estatisticamente significativo

<sup>26</sup> Análise do Clima de Investimento de Cabo Verde, Banco Mundial (2006).

FIGURA 3-3: PRODUTIVIDADE MEDIA DO TRABALHADOR DO SECTOR PRIVADO E PÚBLICO EM SANTIAGO, SÃO VICENTE, AND SAL



Fonte: Cálculos do autor baseados em dados do INPS

3.16 A escassez na oferta de trabalhadores altamente qualificados pode ser exacerbada pelas tendências e os níveis dos salários do sector público. Em muitos países, o sector público oferece um nível de segurança e benefícios<sup>27</sup> no emprego que não podem ser encontrados no sector privado. Dada esta maior segurança no trabalho, pode-se esperar que o sector público pague salários substancialmente mais baixos do que salários pagos no sector privado. Isto nem sempre é o caso. Mesmo nos casos em que os salários públicos não são superiores aos do sector privado, economistas argumentam que pode haver ainda um prémio de salários do sector público porque os salários do sector público devem ser significativamente mais baixos já que os salários mais baixos são compensados com, comparativamente, mais segurança no emprego do que é geralmente encontrado no sector privado. O prémio salarial do sector público pode ser especialmente vinculativo para uma economia pequena como Cabo Verde porque a sua força de trabalho qualificada é relativamente pequena.

3.17 O interesse dos economistas pelo prémio salarial da função pública é baseado na minimização da distorção que este prémio pode ter sobre os salários do sector privado. Quando o prémio é alto, os empregadores públicos e privados irão aumentar os salários dos trabalhadores com vista a poder contratá-los. Isso aumenta os custos para as empresas privadas, directa e indirectamente, através de impostos mais altos que as empresas têm que pagar pelo aumento dos salários do sector público. Cabo Verde pode ser um bom caso disto, o mercado de trabalho qualificado é pequeno e o sector público pode facilmente aumentar salários na procura por este mercado de trabalho.

3.18 Evidências preliminares econométricas indicam que existe um prémio salarial considerável do sector público.<sup>28</sup> Se existe um prémio salarial alto do sector público, ele pode explicar uma parte das altas taxas de desemprego. Na ilha de Santiago, onde o sector público é muito grande, os trabalhadores poderão ganhar mais do que ganhariam no sector privado. Este prémio dos trabalhos do governo gera um incentivo substancial para estes trabalhadores rejeitarem ofertas de emprego do sector privado e aumentarem a fila para emprego no sector público. Evidentemente, nenhuma das provas apresentadas neste estudo indica que um prémio salarial alto do sector público é parte da explicação para as altas taxas de desemprego. No entanto, este estudo mostra que essas perguntas seriam oportunidades frutíferas para a realização de estudos futuros que possam ser capazes de resolver a questão directamente.<sup>29</sup>

---

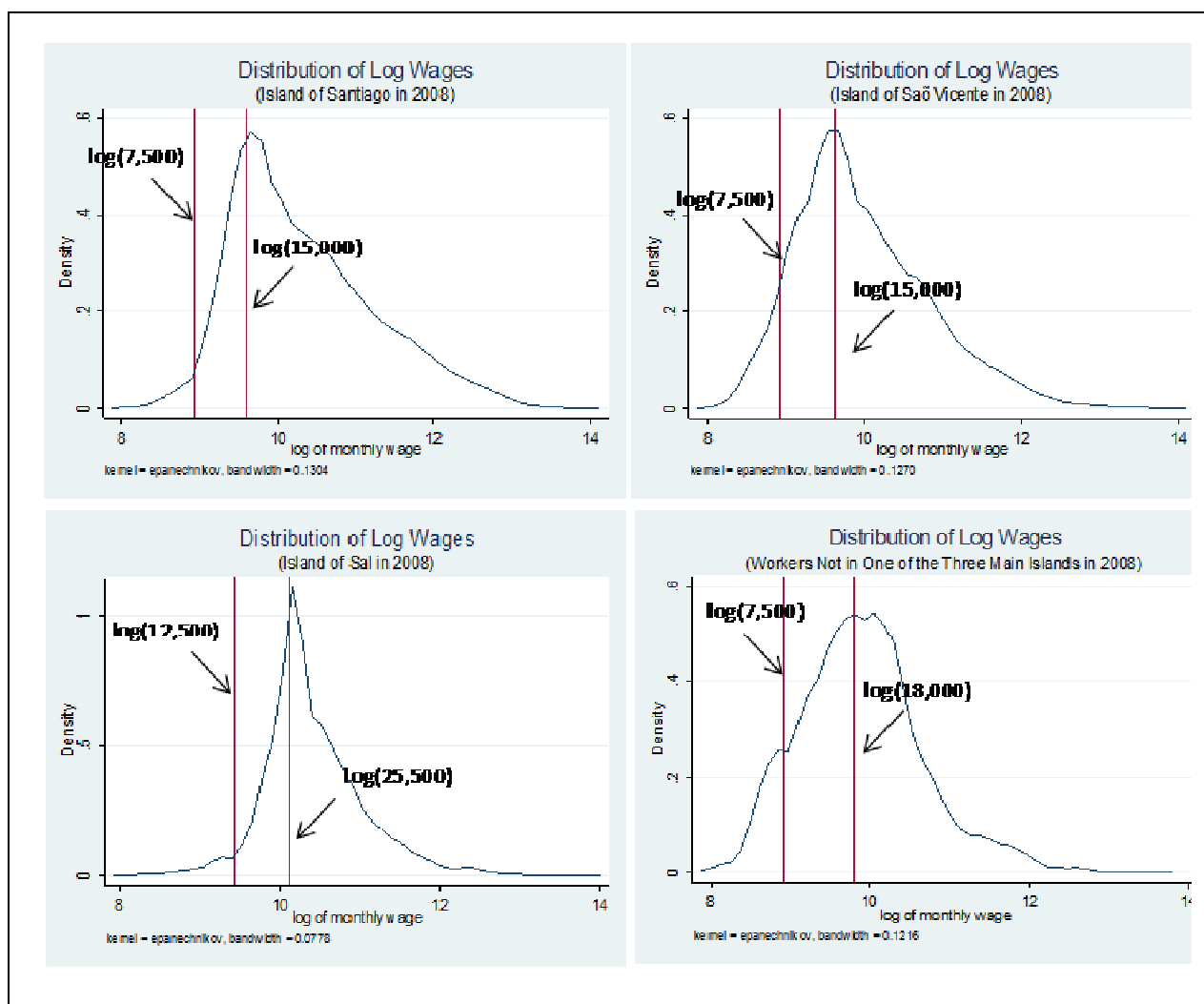
<sup>27</sup> Bellante e Long (1981) e Poterba e Rueben (1998).

<sup>28</sup> Usando um modelo econométrico para os dados para detectar se um prémio salarial do sector público existe em Cabo Verde, os resultados econométricos suportam a hipótese de que existe um prémio salarial do sector público e que é significativo. Mantendo todos os factores constantes, entre 1997 e 2007, os trabalhadores do sector público em Santiago ganham em média cerca de 51 por cento mais do que ganhariam no sector privado. Para o mesmo período de tempo, em São Vicente, os trabalhadores do sector público ganham cerca de 39 por cento, em média, acima do que ganhariam no sector privado. Finalmente, os trabalhadores do sector público na Ilha do Sal ganham em média cerca de 53 por cento mais do que ganhariam no sector privado. É importante notar que o sector público tem um salário mínimo que pode contribuir para o prémio salarial do sector público.

<sup>29</sup> O controlo do logaritmo do número de trabalhadores teve pouco efeito sobre os resultados relativos à produtividade do trabalhador ou do prémio do sector público. Os coeficientes para esta variável foram 0,015 para Santiago, 0,068 para São Vicente, e 0,056 para o Sal. Efeitos fixos individuais são também válidos, por isso as nossas estimativas do prémio salarial do sector público podem ser interpretadas como as diferenças de remuneração para a mesma pessoa. Também é



FIGURA 3-4: DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS EM SANTIAGO, SÃO VICENTE, E SAL E OUTRAS ILHAS (2008)



Fonte: Cálculos do autor baseado em dados do INPS 2008.

3.19 Há indicações muito preliminares da existência de um salário de reserva em Cabo Verde. Uma maneira de explicar este salário de reserva, um salário abaixo do qual poucos ou nenhum trabalhador iria trabalhar, é através do prémio salarial do sector público; estes empregos públicos são essencialmente racionados e tudo que o trabalhador tem que fazer é esperar a sua vez. Se qualquer outro empregador oferece um salário bastante inferior ao salário do sector público, o trabalhador prefere investir na tentativa de conseguir o emprego do sector público do que tornar-

importante ressaltar que o modelo controla efeitos fixos individuais, assim as estimativas do prémio salarial do sector público podem ser interpretadas como as diferenças de remuneração para a mesma pessoa. Como forma de compreender a magnitude destas estimativas, nota-se que Braga et al (2008) encontra um prémio do sector público de 22 por cento numa regressão simples que controla as características básicas como a educação, mas não contém os efeitos fixos individuais. Por esta razão, as estimativas de Braga et al são provavelmente enviesadas para cima.

se disponível para a opção alternativa. A emigração para Portugal, Estados Unidos ou Brasil também pode criar um salário de reserva. Um salário nacional suficientemente baixo irá induzir à emigração e não haverá trabalhadores para esses empregos. Cabo Verde tem uma longa história de migrações consideráveis para esses países, entre outros, por isso, é razoável perguntar se pode haver um salário de reserva, um mínimo em que poucos cabo-verdianos estariam dispostos a aceitar um emprego formal. Examinando a distribuição dos salários para detectar se há uma queda brusca e dramática, um truncamento, no extremo inferior da distribuição é uma forma de ver se existe um aparente mínimo salarial, salário de reserva, em que poucos cabo-verdianos estariam dispostos a aceitar emprego formal. A Figura 3-4, acima, mostra as distribuições de salário e eles são representados, por ilha, usando a técnica de densidade kernel. Não está claro que o mínimo existe. Enquanto a distribuição do Sal tem uma aparente queda acentuada, não está claro que a distribuição é truncada. Em Santiago, o painel esquerdo superior, a distribuição é mais semelhante a uma distribuição truncada. Curiosamente, é em Santiago, onde o sector público é mais predominante. O truncamento aparente na distribuição do salário pode ser o resultado de um salário de reserva que é uma função do aparente prémio salarial do sector público. No entanto, esses resultados são indicativos, não conclusivos, e uma investigação mais completa do conjunto de dados mais completos é necessário para dar suporte a essa hipótese.

---

## CONCLUSÕES

---

3.20 Este capítulo analisou dois resultados empíricos, uma tendência geral de aumento dos salários reais e a produtividade do trabalhador em declínio ou estagnada. Estes resultados suportam a conclusão de que a rigidez do mercado de trabalho pode ser relativamente mais vinculativa do lado da oferta do mercado de trabalho cabo-verdiano do que no lado da procura, onde o capítulo anterior apresentou evidências de dinamismo.

3.21 O trabalhador médio do sector privado no sector formal está de facto a tornar-se menos produtivo ao longo do tempo. Este declínio é quase certamente devido ao facto de que o emprego nas empresas privadas no sector formal tem vindo a expandir-se a uma velocidade impressionante. A variação percentual média líquida de emprego em Santiago a partir de 1997-2008, por exemplo, foi de 10,7 por cento ao ano. A menos que a oferta de trabalhadores qualificados consiga acompanhar a crescente procura por qualificação, as empresas do sector formal serão forçadas a contratar menos trabalhadores qualificados ao longo do tempo.

3.22 Os resultados sobre a produtividade do trabalhador formal nas empresas privadas, combinados com as taxas de crescimento de emprego relativamente elevadas, põem em causa a afirmação de que há um problema de "inadequação" em Cabo Verde. Segundo a hipótese de inadequação de qualificação, os trabalhadores, por algum motivo, não adquiriram o capital humano adequado para atender às exigências dos empregadores. A hipótese mais simples de que a procura por qualificação em geral aumentou substancialmente e que a oferta de qualificações não conseguiu acompanhar o ritmo, explica os dados igualmente bem.

### Apêndice ao Capítulo 3

Consideremos o seguinte modelo de determinação dos salários:

$$\ln(w_{it}) = \alpha_i + \gamma_m + \sum_t \delta_t D_t + \sum_t \theta_t P_t D_t + \varepsilon_{it},$$

onde  $\ln(w_{it})$  é o logaritmo do salário mensal por pessoa  $i$  no período  $t$ ,  $D_t$  é uma variável arquétipo para o período  $t$ , e  $P_t$  é uma variável arquétipo que é igual a um, se o trabalhador está no sector público no período  $t$ . Apesar de não observar as medidas de qualificação do trabalhador, como a educação, podemos estimar um efeito fixo  $\alpha_i$  para cada trabalhador, que poderia ser interpretado como a qualificação do trabalhador, a produtividade, ou poder de gerar receita. Os parâmetros  $\delta_t$  capturam a evolução dos salários ao longo do tempo no sector privado. Os parâmetros  $\theta_t$  capturam a forma como o prémio salarial do sector público está a evoluir ao longo do tempo. Finalmente,  $\gamma_m$  são os efeitos fixos para cada município.

Nós estimamos a equação acima separadamente para cada uma das três principais ilhas: Santiago, São Vicente e Sal. Usamos dados do último mês de cada trimestre (Março, Junho, Setembro e Dezembro). Para as ilhas de Santiago e São Vicente, usamos os dados de 1997-2008. Para a ilha do Sal, usamos os dados de 2002-2008.<sup>30</sup>

O prémio salarial do sector público é alto. Recordamos que  $\delta_t$  da nossa equação salarial nos diz o prémio salarial oferecido aos trabalhadores do sector público no período  $t$ . É importante ressaltar que o modelo controla a heterogeneidade não observada dos trabalhadores, portanto  $\delta_t$ , conta-nos que o mesmo trabalhador receberia se ele ou ela trabalhasse no sector público. O valor médio de  $\delta_t$  de 1997-2007, em Santiago foi de 0,41, o que significa que os trabalhadores do sector público ganham cerca de 51% a mais do que ganhariam no sector privado. O valor médio de  $\delta_t$  entre 1997-2007, em São Vicente foi de 0,33, o que significa que os trabalhadores do sector público ganham cerca de 39% a mais do que ganhariam no sector privado. Finalmente, o valor médio de  $\delta_t$  entre 2002-2007, em São Vicente foi de 0,43, o que significa que os trabalhadores do sector público ganham cerca de 53% a mais do que ganhariam no sector privado.

O prémio salarial no sector público tem vindo a aumentar em Santiago e em São Vicente. A Figura 3-2 mostra os valores de  $\delta_t$  para as três ilhas principais. Nos casos das ilhas de Santiago e São Vicente, a tendência ascendente do prémio salarial do sector público é estatisticamente significativa. As provas apresentadas na Figura 3-2 sugerem fortemente que salários elevados do sector público podem tornar difícil para as empresas do sector atrair trabalhadores. Em particular, o salário elevado e crescente no sector público das ilhas de Santiago e São Vicente pode representar um obstáculo importante para as empresas privadas.

---

<sup>30</sup> Em cada mês, definimos todas as observações salariais abaixo do primeiro percentil como sendo igual ao primeiro percentil. Da mesma forma, definimos todas as observações maiores do que o percentil 99 para serem iguais ao 99º percentil.

Também estimamos um modelo econométrico de determinação dos salários que nos permite analisar as diferenças nos tipos de trabalhadores que entram nas empresas jovens, bem como os seus salários. Em particular, consideremos o seguinte modelo de determinação dos salários estimados para todo o país, utilizando dados de empresas privadas de Dezembro de cada ano de 2002-2008:

$$\ln(w_{it}) = \alpha_i + \gamma_m + \beta \log(\text{firm age})_{it} + \sum_t \delta_t D_t + \varepsilon_{it}$$

onde todas as variáveis são definidas como eram no modelo anterior de salários e  $\log(\text{firm age})_{it}$  é o logaritmo natural do número de anos desde que a empresa começou a contratar trabalhadores. <sup>31</sup> Como foi o caso no nosso modelo de salários anteriores,  $\alpha_i$  pode ser interpretada como a qualificação ou produtividade do trabalhador  $i$ . O parâmetro  $\beta$  mede a percentagem de aumento nos salários dado o aumento de um por cento na idade da empresa, controlando a produtividade do trabalhador ou do capital humano.<sup>32</sup>

O valor estimado de  $\alpha_i$  para cada pessoa, que denotamos como  $\hat{\alpha}_i$ . A fim de aprender sobre os tipos de trabalhadores que trabalham em empresas mais jovens e mais velhas, estimamos o modelo de regressão:

$$\hat{\alpha}_i = \gamma_m + \varphi \log(\text{firm age})_{it} + \sum_t \delta_t D_t + \varepsilon_{it}.$$

Um valor positivo para  $\varphi$  indicaria que as pessoas com maior produtividade e mais qualificação tendem a trabalhar em empresas mais velhas. Um valor negativo para  $\varphi$  indicaria que as pessoas com maior produtividade ou qualificações mais elevadas tendem a trabalhar em empresas mais jovens.

---

<sup>31</sup> Considera-se que uma empresa tem um ano de idade no primeiro ano em que contrata um trabalhador

<sup>32</sup> Os erros padrão são calculados para permitir heterocedasticidade arbitrária e para as correlações arbitrárias dos termos de erro em todas as observações que vêm de uma mesma empresa, independentemente se estas observações vêm do mesmo ano ou não

## **Apêndice de Dados – Descrição do conjunto de dados do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)**

Os empregadores cabo-verdianos são obrigados por lei a inscreverem os seus trabalhadores no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A inscrição no INPS implica o pagamento de impostos de segurança social e pensões e oferece benefícios de saúde aos trabalhadores inscritos. Todos os empregadores são obrigados a comunicar informações sobre salários e situação de emprego de cada trabalhador ao INPS. O INPS precisa desta informação para controlar a elegibilidade para a assistência médica por ele oferecidos, bem como as pensões para os trabalhadores aposentados. Naturalmente, a maioria dos trabalhadores não são inscritos apesar da exigência legal. Os dados para a Ilha do Sal estão disponíveis a partir de 2002. Os dados para o resto do país estão disponíveis a partir de 1996.

Para os trabalhadores que estão inscritos, no entanto, dados úteis podem ser obtidos sobre o emprego e salários. As empresas comunicam informações mensais sobre os seus empregados inscritos no INPS. Dentre as variáveis disponíveis do INPS estão o salário mensal do trabalhador, sexo, idade, número de segurança social do trabalhador, que é sistematicamente codificado ao longo do tempo, e número de identificação da empresa, que também é consistentemente codificado ao longo do tempo. Os dados também incluem informações sobre a cidade onde se localiza a empresa.

Dados do INPS têm inúmeras vantagens. Visto que os dados constituem um recenseamento dos trabalhadores privados do sector formal, o conjunto de dados é bastante grande (cerca de 20.000 trabalhadores nos últimos anos). O conjunto de dados também é um painel de trabalhadores e de empresas, que permite, pelo menos, dois tipos de análises que têm sido impossíveis em Cabo Verde. Primeiro, os cálculos dos fluxos de trabalho (contratações versus separações ao nível da empresa) podem ser calculados. Em segundo lugar, os modelos econométricos que controlam a heterogeneidade dos trabalhadores através da estimação de efeitos fixos são possíveis com os dados do INPS.

Os dados do INPS, no entanto, têm várias limitações que afectam o âmbito da análise. A principal limitação é que não há informação disponível sobre os trabalhadores quando abandonam o sector formal. Não é possível, por exemplo, distinguir entre um trabalhador que caiu no desemprego e um trabalhador que aceitou um emprego no sector informal. Os dados também não têm muitas das variáveis que serão consideradas padrão na maioria dos conjuntos de dados dos agregados familiares, sendo a educação o exemplo mais gritante. Os dados também não dispõem de informações básicas sobre as empresas, como a indústria em que opera. Podemos, no entanto, calcular o número de empregados registados em cada empresa como uma medida da dimensão da empresa.

O atrito é uma preocupação do conjunto de dados. Num ano típico, cerca de 70 a 80 por cento dos trabalhadores observados no conjunto de dados também são observados no ano seguinte. Embora este atrito possa gerar distorções em alguns dos nossos modelos econométricos, devido à selecção da amostra, não seremos capazes de controlar essas tendências.

Os próprios trabalhadores do INPS começaram a ser incorporados ao conjunto de dados em 2006. Para fins de comparabilidade ao longo do tempo, estas observações são excluídas da maioria das análises. Observações dos trabalhadores do INPS são utilizadas apenas para efeitos do cálculo do tamanho do sector formal nos últimos anos.

Para quase todo o país, a informação pode ser fornecida em formato electrónico, de 1996 a 2008. A única excepção foi a informação da ilha do Sal, disponível em formato electrónico somente a partir de 2002-2008.

Um dos arquivos fornecidos pelo INPS continha informações sobre os trabalhadores. Este ficheiro foi gerado em 13 de Outubro de 2009. Esse é um período de tempo suficiente para o INPS ter recebido quase todas as informações de trabalhadores até Dezembro de 2008. Se o INPS gerasse o conjunto de dados novamente numa data posterior, o conjunto de dados, no entanto, mudaria um pouco. Os dados do INPS podem ser sempre corrigidos se erros ou falta de informação forem descobertos.

A unidade de observação a partir do arquivo de trabalho é, naturalmente, o trabalhador. As variáveis no arquivo de trabalhador são as seguintes:

- Ano de observação
- Mês de observação
- O número de segurança social dos trabalhadores
- Número de identificação da empresa
- Número de dias trabalhados
- Sexo do trabalhador
- Idade do trabalhador

Um trabalhador pode ter vários registos para um determinado mês e ano de observação por duas razões. Primeiro, um trabalhador pode ter dois empregos, embora menos do que 0,3% dos trabalhadores no conjunto de dados têm vários empregos. A outra razão pela qual um trabalhador poderia ter dois registos no mesmo período de observação é que um pagamento de bónus gera um registo separado no banco de dados. No nosso tratamento dos dados, o salário mensal de dois registos são somados para se obter uma medida de compensação total para o mês.

O outro arquivo fornecido pelo INPS continha dados sobre as empresas. As variáveis sobre o arquivo com informações sobre empresas foram:

- Ano.
- Mês.
- Identificador da empresa (parte do identificador da empresa é a ilha em que a empresa opera).
- Município onde a empresa actua.
- Contribuições totais pagas ao INPS.
- Data em que a empresa iniciou suas operações.
- Data em que a empresa começou a contratar trabalhadores.

Os arquivos podem ser unificados, porque o identificador da empresa aparece como uma variável em ambos os conjuntos de dados. Depois que os arquivos são unificados, ficamos com uma definição do conjunto de dados combinados empregador-empregado a partir da qual os cálculos no documento podem ser feitos.

## REFERÊNCIAS

---

- Acosta, Pablo, Calderón, Cesar, Fajnzylber, Pablo, Lopez, Humberto, 2008. What is the Impact of International Remittances on Poverty and Inequality in Latin America? *World Development* 36 (1), 89-114.
- Blunch, Niels-Hugo, Sudharshan Canagarajah e Dhushyanth Raju, 2001. "The Informal Sector Revisited: A Synthesis Across Space and Time." Social Protection Discussion Paper No. 0119; Data de Publicação: 07/2001.
- Bosch, Mariano, Goni, Edwin, Maloney, William, 2007. The determinants of rising informality in Brazil : Evidence from gross worker flows. World Bank Policy Research Working Paper no. 4375.
- Bosch, Mariano, Goni, Edwin, Maloney, William, 2007. Gross worker flows in the presence of informal labor markets: evidence from Mexico, 1987-2002. IZA Documento de Discussão No. 2864.
- Botero, Juan C., Djankov, Simeon, La Porta, Rafael, Lopez-de-Silanes, Florencio, Shleifer, Andrei, 2004. The regulation of labor. *Quarterly Journal of Economics* 119 (4), 1339–1382.
- Braga, Breno, Firpo, Sergio, Gonzaga, Gustavo, 2008. Escolaridade e o diferencial de rendimentos entre o setor privado e o setor público no Brasil. Department of Economics PUC-Rio working paper no. 560.
- Davis, Steven J., Haltiwanger, John, 1990. Gross job creation and destruction: Microeconomic evidence and macroeconomic implications. *NBER Macroeconomics Annual*: 123–168.
- Davis, Steven J., Haltiwanger, John, 1992. Gross job creation, gross job destruction, and employment reallocation. *Quarterly Journal of Economics* 107 (3): 819–863.
- Djankov, Simeon, Ramalho, Rita, 2009. Employment Laws in Developing Countries. *Journal of Comparative Economics* 37 (1): 3-13.
- Gasparini, Leonardo, Tornarolli, Leopoldo, 2007. Labor Informality in Latin America and the Caribbean: Patterns and Trends from Household Survey Microdata. CEDLAS working paper no. 0046.
- Haltiwanger, John, Scarpetta, Stefano, Schweiger, Helena, 2006. Assessing job flows across countries: The role of industry, firm size and regulations. IZA Discussion Paper No. 2450.
- Inter-American Development Bank, 2004. Good Jobs Wanted: Labor Markets in Latin America, published by the Inter-American Development Bank (Washington, DC).
- Kaplan, David S., 2009. Job creation and labor reform in Latin America. *Journal of Comparative Economics* 37 (1): 91-105.
- Kaufmann, Daniel, Aart Kray, and Pablo Zoido-Lobato, 1999. *Governance Matters*, World Bank Policy Research Working Paper no. 2196.
- Kim, Namsuk, 2007. The Impact of Remittances on Labor Supply: The Case of Jamaica, World Bank Policy Research Working Paper 4120.
- Ministério da Qualificação e Emprego, 2008. Estudo-Diagnóstico sobre o Mercado de Emprego em Cabo Verde. Disponível em [http://www.governo.cv/documents/estudo\\_sobre\\_mercado\\_de\\_emprego.pdf](http://www.governo.cv/documents/estudo_sobre_mercado_de_emprego.pdf).

Micco, Alejandro, Pagés, Carmen, 2007. The economic effects of employment protection: Evidence from international industry-level data. Inter-American Development Bank Research Department Working Paper No. 592.

Perry, Guillermo E., Maloney, William F., Arias, Omar S., Fajnzylber, Pablo, Mason, Andrew D., Saavedra-Chanduvi, Jaime, 2007. *Informality: exit and exclusion*. World Bank Publications, Washington, DC.